

Editorial: cartas abertas à Jürgen Wolter, sobre o labor editorial e sua importância para a ciência

Na abertura do seu v. 7 n. 2, a *Revista do Instituto de Ciências Penais* oferece o seu editorial para, juntamente com outras destacadas revistas internacionais – as espanholas *Libertas* e *Foro FICP*, além da argentina *En Letra: Derecho Penal* – homenagear o Prof. Dr. Jürgen Wolter, Catedrático Emérito da Universidade de Mannheim, por ocasião de sua despedida como Diretor do *Goldammer's Archiv für Strafrecht*, o mais antigo periódico alemão especializado em Direito Penal e Processual Penal e um dos mais prestigiados de todo o mundo.

O homenageado esteve à frente do *GA* por vinte anos, e nesse período logrou praticar e concretizar em suas páginas o ideal de uma verdadeira *ciência integral e universal do direito penal*. *Integral* porque a integração sistemática do direito penal e do processual penal sempre norteou as suas publicações como autor e editor. *Universal* por promover o diálogo amplo e irrestrito entre cientistas de diversas partes do mundo, em pé de igualdade, sobre problemas comuns, relacionados às condições de legitimidade da pena. Sob a batuta de Jürgen Wolter, o periódico foi notavelmente aberto aos trabalhos de penalistas estrangeiros, incluídos entre seus colaboradores frequentes, em seu Conselho Editorial e mesmo homenageados em números especiais.

Idealizada e organizada pelo Prof. Dr. Luís Greco, Catedrático da Universidade Humboldt de Berlim, a homenagem consiste num conjunto de cartas abertas escritas por expoentes do penalismo internacional, veteranos e jovens, entre os quais oriundos do Brasil (Greco e Leite), da Espanha (Luzón Peña, Díaz y García Conlledo, de Vicente Remesal, Silva Sánchez e Robles Planas), da Argentina (Pérez Barberá e Verde), de Portugal (Sousa Mendes), da Itália (Militello) e, claro, da Alemanha (Zöllner). Os escritos testemunham o trabalho devotado de Wolter como editor, seu método de trabalho, suas máximas de conduta e seu relacionamento com os autores, a sua dedicação à revista como parte da sua própria atividade científica, assim como o papel do *GA* para a ciência penal alemã e internacional nas últimas duas décadas.

A publicação dessas cartas em três línguas e simultaneamente em diversas revistas que cultivam os mesmos ideais do *GA*, na Europa e na América Latina, é uma dimensão metalinguística da mesma homenagem. Por meio dela, a *RICP*,

destacada como representante brasileira desta efeméride, celebra o sóbrio e incansável trabalho de tantos editores em nosso país, que enfrentam desafios diuturnos pelo ideal de promover a boa ciência, assim como uma cultura e uma ética acadêmicas propícias ao seu florescimento. Homenageando o legado editorial de Jürgen Wolter, fazemos verdadeira profissão de fé, proclamando a preponderância da qualidade dos trabalhos e o valor dos argumentos, sobre a autoridade e os títulos dos seus signatários; o rigor formal das publicações, para o máximo destaque e clareza do seu conteúdo; bem como a importância central do direito e do processo penal para a salvaguarda dos direitos individuais e robustecimento das democracias.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2022.

Prof. Dr. Frederico Horta

Editor-Chefe da RICP

Professor adjunto de Direito e Processo Penal (UFMG)

Handwerk – Kunstwerk – Lebenswerk. Jürgen Wolter und Goltdammer's Archiv

Prof. Dr. Luís Greco (LL.M.)*

Lieber Jürgen, mit dem Heft vom Dezember 2021 endete Deine Zeit als Schriftleiter von Goltdammer's Archiv, der ältesten deutschen Strafrechtszeitschrift (1853 gegründet), die Du seit 2002 zusammen mit dem vor kurzem verstorbenen Wilfried Küper betreut hast. Als ehemaliger ständiger Mitarbeiter dieser Zeitschrift, welche nicht nur ich, sondern auch ein Großteil der weiteren ständigen Mitarbeiter (die sich auch in offenen Briefen an Dich wenden) und auch die Fachwelt immer auch in einem bestimmten Sinne als Deine Zeitschrift wahrgenommen haben, möchte ich mich von Dir in einem öffentlichen und internationalen Forum verabschieden und Dir hierbei die gebührende Dankbarkeit ausdrücken, für das, was Du nicht nur für mich, sondern auch für die Idee getan hast, an die ich auch glaube, einer universellen Strafrechtswissenschaft. Im Bewusstsein der Untauglichkeit des Unterfangens versuche ich, anhand von drei Leitmotiven deinen zwanzigjährigen Dienst in anderthalb Textseite zusammenzupressen.

In jedem Heft von GA stach Dein *Handwerk*, buchstäblich: das von Deiner Hand Bewirkte, klar hervor – die makellos-akribische Lektorierung der Beiträge, deren weitestgehend fehlerfreie Veröffentlichung, als Ergebnis Deiner höchstpersönlichen, weder delegierbaren noch delegierten Arbeit gewesen ist.

GA war unter Deiner Leitung aber ein balanciertes und durchdachtes *Kunstwerk*, im Großen wie im Kleinen. Die Annahme der Beiträge erfolgte nach Qualität, und nicht nach Äußerlichkeiten wie Titeln und Ähnlichem, weshalb GA trotz seiner Tradition auch für Beiträge noch nicht Promovierter und auch Ausländer offen war (dazu sogleich mehr). Dies erfolgte in Deiner eigenen Verantwortung, und nicht im Wege eines angeblich überlegenen, weil amerikanisierten Blind Review-Verfahrens, das den Schriftleiter von seiner ersten Aufgabe entfremdet. Mit derselben Verantwortung, mit welcher Du auch die Initiative zur Gewinnung guter Beiträge ergriffen hast, stelltest Du das Team der ständigen Mitarbeiter über

* Professor an der Humboldt-Universität zu Berlin.

die Jahre zusammen und wusstest jedes einzelne Heft und damit zugleich das Jahrband in geschickter Balance zwischen dem Ewigen und dem Aktuellen, dem Theoretischen und dem Praktischen zu konzipieren.

Diese in jeder Hinsicht bewunderungswürdige Leistung konnte Dir nur deshalb gelingen, weil Goltdammer's Archiv für Dich nicht lediglich Arbeit war, sondern auch *Lebenswerk*. Die Kraft, die andere für eigene Publikationen, zum Geldverdienen in der Privatwirtschaft oder sogar für Freizeit mobilisieren, hast Du der von Dir geleiteten Zeitschrift, also auch uns allen und der Strafrechtswissenschaft geschenkt, – ganz im Geiste der über anderthalb Jahrhunderte lang zurückreichenden Kette Deiner Vorgänger, die bis auf den Gründer zurückgeht, der der Zeitschrift ihren Namen gibt. Unter Deiner Leitung wurde GA für den wissenschaftlichen Nachwuchs geöffnet – weil der Titel weder Garantie, noch Ersatz für Qualität ist – sowie für Wissenschaftler aus dem Ausland, die Du als Pionier auch in die Reihen der ständigen Mitarbeiter rekrutiert hast. Du hast GA, die älteste deutsche Strafrechtszeitschrift, zum Forum einer international diskutierenden Wissenschaft erhoben, in welchem ausländische Autoren sich auf Augenhöhe mit Deutschen austauschen, und nicht lediglich Länderberichte schreiben. GA wurde von Dir zum internationalen Vorzeigeschild für die deutsche Strafrechtswissenschaft erhoben, das sie von ihrer besten Seite repräsentiert, also gerade in dem, was die vielen Ausländer unter denjenigen, die sich jetzt an Dich richten, in ihr so bewundern: Als eine Wissenschaft von Gleichen, die nur Argumente und keine Personen kennt. Dies auch immer in deutscher Sprache, weil sie die Sprache ist, die erst den Anschluss gewährleistet zu einem nicht erst seit vorgestern errichtetem Vorrat an Reflexionen über die Strafe und ihr Rechtsgebiet.

Ein eigenes Lebenswerk ist nur lebendig, wenn es Ausdruck von Liebe und Hingabe ist – die bedingungslos, also ohne Dankbarkeitserwartung geleistet werden, just deshalb umso mehr Dankbarkeit verdienen. GA hat in den letzten 20 Jahren das Projekt einer Wissenschaft verkörpert, an das ich glaube, an das Du mich hast glauben lassen.

Dass Du gehst, stimmt mich traurig. Dein Werk aber bleibt. Danke.

Jürgen Wolter e a Revista *Goldammer's Archiv für Strafrecht* — Uma carta aberta

Prof. Dr. Luís Greco (LL.M.)*

Querido Jürgen, o fascículo de dezembro de 2021 encerrou o seu período como redator-chefe de *Goldammer's Archiv* (GA), a mais antiga revista de direito penal alemã (fundada em 1853), que desde 2002 estava entregue a suas mãos (e às de seu amigo Wilfried Küper, recentemente falecido). Na qualidade de ex-Colaborador Permanente da revista que não só eu, como boa parte dos Colaboradores Permanentes (que se manifestam em suas respectivas cartas abertas) e também o público especializado entendiam, de certo modo, como a *sua revista*, gostaria de manifestar publicamente e diante de um fórum internacional a minha gratidão pelo que você fez, não apenas por mim, e sim pela ideia, que eu também subscrevo, de uma ciência universal do direito penal.

Cada fascículo de seu GA ostentava a sua *marca artesanal*: o imaculado e minucioso trabalho de editoração e correção, que fazia que cada artigo viesse publicado em sua versão mais perfeita, o que era fruto de horas de trabalho personalíssimo, que você jamais se permitiu delegar.

GA era, sob a sua direção, verdadeira *obra de arte*, manifestação de equilíbrio, em todas as dimensões. A aceitação de artigos guiava-se apenas pela qualidade, e nunca segundo externalidades como títulos, razão pela qual GA sempre se mostrou receptivo mesmo para trabalhos de meros doutorandos ou de estrangeiros (ao que já voltarei); decisões pelas quais você sempre assumiu inteira responsabilidade, que você jamais se preocupou em renunciar em favor do procedimento supostamente superior, porque americanizado, do chamado *blind-review*, que aliena o redator-chefe de sua principal tarefa. A mesma responsabilidade, recorro, que você não hesitava em exercer ao tomar a iniciativa para a obtenção de bons artigos, convidando autores os mais diversos a escrevê-los; ao recrutar, ao largo desses vinte anos, a equipe dos Colaboradores Permanentes; ao conceber cada fascículo atentando ao ponto de equilíbrio entre o eterno e o atual, o teórico e o prático.

* Professor Catedrático da Universidade Humboldt, de Berlin.

Só lhe foi possível realizar esse admirável feito porque, para você, GA nunca foi mero trabalho, e sim *legado*. As energias que outros canalizam no sentido das próprias publicações, de ganhar dinheiro na iniciativa privada ou mesmo do ócio, você as dedicou à ciência do direito penal – fiel ao espírito de uma cadeia de antecessores mais que secular, que remonta ao fundador, que é quem empresta o nome à revista. Foi sob a sua batuta que GA abriu-se para os jovens cientistas ainda não doutores – uma vez que títulos nem garantem, nem substituem a qualidade – bem como para cientistas estrangeiro, que você, de forma pioneira, integrou aos quadros dos Colaboradores Permanentes. Você transformou a mais antiga e tradicional revista de direito penal alemã no fórum de uma ciência que discute internacionalmente, em que estrangeiros debatem em condições de igualdade com alemães, e não ficam relegados a narrar curiosidades sobre o próprio país. Você fez de GA um espelho daquilo que a ciência do direito penal alemã ainda não é, mas tem de almejar ser, que a representa em suas principais qualidades, que são aquelas que tantos estrangeiros, entre os quais ainda me incluo, tamanhamente admiramos – uma ciência de iguais, que se interessa apenas por argumentos, e não por pessoas. E isso sempre em língua alemã, uma vez que é essa a língua que mantém a conexão com a mais rica tradição de ideias sobre a pena e o direito que dela cuida jamais desenvolvida.

Um legado vive, enquanto ele expressa amor e dedicação incondicionais, isto é, que prestados sem qualquer expectativa, nem mesmo de gratidão, e que justamente por isso merecem que sejamos todos gratos. Enfim: O GA dos últimos 20 anos foi um projeto de uma ciência do direito penal em que eu acredito, em que você me fez acreditar. A sua saída da revista me entristece. Mas, ainda que você a deixe, o seu legado fica. Obrigado.

Jürgen Wolter, Garant der Strafrechtswissenschaft*

Wiss. Mit. Dr. Alaor Leite, LL.M.

Wer sich in die Welt der Wissenschaft hineinwagt, wird alsbald die Bedeutung der Tradition, den Zauber der Entdeckungen und die unerklärliche Frische von in alten Zeitschriften mit vergilbten Seiten veröffentlichten Aufsätzen verspüren. Und das Streben, eines Tages selbst einen Artikel aus eigener Hand in jener Zeitschrift, in der sich die herausragendsten Autoren vergangener Tage ein Stelldichein gegeben haben, veröffentlicht zu sehen, wird nicht lange auf sich warten lassen. Was die Strafrechtswissenschaft anbelangt, so kommt diese Geltung dem 1853 begründeten *Goldammer's Archiv für Strafrecht* zu. In den sich hinter seinem unverwechselbaren hellgrünen Einband verbergenden Seiten hat Roxin 1963 den Grundstein der Kategorie der Organisationsherrschaft veröffentlicht, um nur ein einziges Beispiel zu erwähnen.

Dieses Ansehen ist keineswegs ein unerwartetes Zufallsprodukt, vielmehr ist es das Ergebnis der beharrlichen Arbeit von Strafrechtlern, die sich ohne üppige finanzielle Gegenleistung voll und ganz der Zeitschrift gewidmet haben, gerade auch, um ihr Fortbestehen im unerbittlichen Lauf der Zeit zu ermöglichen. In den vergangenen 20 Jahren war es *Jürgen Wolter*, dem die Leitung von GA oblag. In der Wissenschaft ist Zeit nicht gleich Geld.

Zwei Jahrzehnte in Handarbeit durchgeführte Durchsicht der Artikel – meine von ihm mit seinem unfehlbaren Kugelschreiber korrigierten Manuskripte habe ich sorgsam aufbewahrt –, gewissenhafte Schatzsuche nach neuen Autoren und Öffnung der Zeitschrift zur Außenwelt berechtigen zur unverkennbaren Feststellung, dass Jürgen Wolter der wahre *Garant der internationalen Strafrechtswissenschaft* der letzten Jahre gewesen ist. Die zwischen 2001 und 2021 erschienenen hellgrünen Hefte dürfen in der Gewissheit herangezogen werden, dass dort das Beste zu finden ist, was in jenem historischen Moment in Deutschland und in der Welt geschaffen wurde. Man kann die Artikel lesen, ohne besonderen Wert darauf zu legen, ob es sich bei dem Autor um einen

* Übersetzung von André Holzer (aus dem Portugiesischen).

emeritierten und preisgekrönten Professor handelt oder um einen jungen Autor ohne prunkvollen Titel¹. Es war Wissenschaft im Reinzustand.

Das so gefundene exakte Gleichgewicht zwischen *Tradition* und *Innovation* kann vielleicht die Erschütterung erklären, welche die Wandlung eines an sich zu erwartenden gewöhnlichen Abschieds – die Zeit vergeht – in einen jähen Bruch unter Strafrechtlern der ganzen Welt verursacht hat. Dieser Zusammenhang – der, dies sei hinzugefügt, Grund für diese Veröffentlichung ist – legt die Notwendigkeit nahe, in Gestalt einer persönlichen Erklärung eines in Deutschland sesshaften Brasilianers das auszusprechen, was GA zum Diskussionsforum schlechthin unter Strafrechtlern der verschiedensten Nationalitäten gemacht hat. Mir scheint es sich um eine allgemeingültige Diagnose zu handeln, deren Auswirkungen noch nicht vollständig verstanden sind.

Mit seinem Einsatz für eine wahrhaft internationale, auf Augenhöhe² und nicht “von oben herab” praktizierten Strafrechtswissenschaft (und Strafprozesswissenschaft)³ schuf Wolter tatsächlich etwas, was der deutschen Rechtswissenschaft, die von jeher zahlreiche Juristen in ihren Bann gezogen hat, fehlte, nämlich die *äußeren Bedingungen für einen horizontalen Dialog*, ohne Abstriche beim Leitprinzip der Qualität zu machen. Vorher machte sich eine Vielzahl von ausländischen Autoren auf den Weg nach Deutschland auf der Suche nach einem Mentor, um anschließend mit der neuesten rechtlichen Neuigkeit im Gepäck in ihre Ursprungländer zurückzukehren – und sie in ihren Zeitschriften zu veröffentlichen. Andererseits machten sie sich selbstlos und unverzüglich an die Arbeit, die relevantesten in deutscher Sprache veröffentlichten Arbeiten, die noch kaum jemandem zugänglich waren, zu übersetzen. Dieser Austausch war unabdingbar für die Entwicklung der Wissenschaft in verschiedenen Ländern, doch fehlte jenem ausländischen Strafrechtler, Schüler und Übersetzer des deutschen Lehrmeisters ein gewisses *wahres Gefühl der Zugehörigkeit* zu einer internationalen Debatte. Denn unstrittig gibt es in unserer Wissenschaft etwas, was uns alle eint, etwas Tiefgründiges, was nicht bloß als “neuestes deutsches

1 Dies kann ich aus persönlicher Erfahrung bekräftigen: im Jahre 2012, als Roxin einen von mir verfassten Artikel zur Veröffentlichung in GA einreichte, der sogleich von Wolter begutachtet und angenommen wurde, hatte ich nicht einmal meine Promotion abgeschlossen, und nicht im Entferntesten hätte ich es gewagt, selbst einen Aufsatz an GA zu schicken. Ich war Leser, nicht Autor. Jürgen Wolter kannte ich nicht persönlich.

2 In der vorzüglichen bildhaften Ausdrucksweise, von der Wolter zu verschiedenen Gelegenheiten Gebrauch gemacht hat: GA 2016, 235; ders., *Libertas* 5/2016; ders. GA 2019, 658.

3 So habe ich es zum Ausdruck gebracht in Leite, *La lucha por una auténtica ciencia jurídico penal (y procesal)*, *InDret* 2020, S. 618 ff. (abrufbar in: <https://indret.com/wp-content/uploads/2020/07/1556.pdf>), zuvor veröffentlicht in Heft 4/2020 von GA.

Exportgut“, das darauf erpicht ist, Zollgrenzen zu überschreiten, abgetan werden kann.

Was sie alle, mit ihren so verschiedenfarbigen Reisepässen, beschäftigte, war die *Strafe*, diese machtvolle (und allgegenwärtige) Ausprägung des Staates, deren vernunftgemäße Gestaltung den Juristen zukommt. Diese Aufgabe kommt allen in gleichem Maße zu. Die Strafe berührt etwas, was wir als Personen alle gemeinsam haben, unsere „angeborenen Rechte“⁴. Die Strafe ist die *gemeinsame Sprache des Strafrechts*⁵. Jürgen Wolter war sich bewusst, dass er nicht irgendeinen industriell gefertigten Maschinenkolben deutscher Herstellung exportierte, sondern dass er einen Dialog über die Grundlagen und Grenzen der Kriminalstrafe eröffnete, wohl wissend, dass es auf diesem Gebiet notwendig war, mit den Erfahrungen anderer zu lernen. Wolter ist allem voran ein Humanist.

GA war Schauplatz dieser gemeinschaftlich unternommenen Rationalisierungsbemühungen – auf Augenhöhe. Diese *neuartige Einstellung* ermöglichte es unter anderem, dass ausländische Autoren als ständige Mitarbeiter dem Redaktionsausschuss angehörten – wie auch der Autor dieser Zeilen, ohne eine ordentliche Professur innezuhaben – und ihre Arbeiten Seite an Seite mit deutschen Autoren veröffentlichen konnten, und nicht etwa in abgegrenztem Auslandskapitel, wie es in anderen Zeitschriften exotischeren Angelegenheiten vorbehalten ist. Wohl wissend um die sprachlichen Barrieren, ließ Wolter die Idee, vermehrt zeitgleich Veröffentlichungen in Deutsch und Spanisch herauszugeben, keine Ruhe, mit dem Ziel, die Verbreitung von Ideen in Echtzeit zu fördern.

Letztendlich spiegeln diese Qualitäten als Wissenschaftler die *Person* Jürgen Wolter wider, der lebenswürdigste und höflichste deutsche Strafrechtler, den ich je kennengelernt habe. Ein sorgfältiger Wissenschaftler, eine aufgeschlossene Person. Und da er eine sorgfältige und aufgeschlossene Person ist, machte er aus GA sein Ebenbild: sorgfältig und aufgeschlossen.

4 So in wegweisender Überlegung Greco, *Strafprozesstheorie*, S. 653 ff.; unter Aufgreifen und Weiterführung dieses Gedankens, Leite, *Notstand und Strafe*, Berlin, 2019, S. 189, 193 ff.

5 Zu dieser *gemeinsamen Sprache*, Leite, *Ciência penal internacional: possibilidade e limites*, Jota 11/2021, abrufbar in: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/penal-em-foco/ciencia-penal-internacional-05112021>.

Jürgen Wolter, avalista da ciência jurídico-penal

Docente-Assistente Dr. Alaor Leite (LL.M.)

Quem se aventura pelo mundo da ciência não tarda a perceber o peso da tradição, o encanto das descobertas e o inexplicável frescor de trabalhos publicados em periódicos antigos, de páginas amareladas. Logo surge a ambição de, um dia, lograr ver um trabalho próprio publicado naquela revista em que desfilaram os mais destacados autores do tempo passado. Na ciência jurídico-penal, essa revista é o *Goldammer's Archiv für Strafrecht*, lançado em 1853. Nas páginas escondidas pela inconfundível capa verde claro, Roxin publicou a pedra fundamental da categoria do domínio da organização, em 1963, para mencionar apenas um exemplo.

Essa reputação não é produto repentino do acaso, mas resultado do trabalho permanente de penalistas que, sem opulenta contrapartida em pecúnia, dedicaram seu tempo à revista, precisamente para que a revista sobrevivesse ao implacável transcurso do tempo. Nos últimos vinte anos, o maestro do GA foi Jürgen Wolter. Para a ciência, tempo não é dinheiro.

As duas décadas de labor manual na revisão dos textos – eu guardo meus manuscritos corrigidos por ele com sua indefectível esferográfica –, de esmerado garimpo de novos autores e de abertura da revista para o mundo, autorizam a inequívoca constatação de que Jürgen Wolter foi o verdadeiro *avalista da ciência jurídico penal* internacional nos últimos anos. Os cadernos verdes-claros de 2001 a 2021 podem ser compulsados na certeza de que ali estará o que de melhor se produzia naquele momento histórico, na Alemanha e no mundo. É possível ler os artigos sem atentar para seu autor – se emérito e laureado professor, se jovem sem ostentosos títulos¹. Era a ciência em estado puro.

O equilíbrio encontrado no ponto exato entre *tradição* e *inovação* talvez explique a comoção dos penalistas de todo o mundo com a transformação do que seria uma natural despedida – o tempo passa –, em abrupta ruptura. Esse contexto

1 Afirmo a partir de minha experiência pessoal: em 2012, quando Roxin enviou um artigo meu para ser publicado no GA, logo revisto e aceito por Wolter, eu nem sequer havia concluído o doutorado, e jamais atreveria a enviar, eu mesmo, um trabalho para o GA. Eu era leitor, não autor. Eu não conhecia Jürgen Wolter pessoalmente.

– que, ademais, explica esse volume – sugere a necessidade de enunciar, em forma de depoimento pessoal de um brasileiro radicado na Alemanha, aquilo que fez do GA o fórum por excelência de discussão de penalistas de várias nacionalidades. Creio tratar-se de um diagnóstico geral, cujos efeitos não foram, ainda, todos percebidos.

Em sua luta por uma ciência jurídico-penal (e processual penal) autenticamente internacional², que fosse praticada “olho no olho”³, e não “de cima para baixo”, Wolter criou o que, de fato, faltava na ciência jurídica alemã, que a tantos juristas sempre atraiu, a saber: as *condições externas para um diálogo horizontal*, sem abrir mão da qualidade como critério reitor. Antes, muitos autores estrangeiros desembarcavam na Alemanha em busca de um orientador, para retornar aos seus respectivos países com a mais nova novidade jurídica na bagagem – e publicá-la em suas revistas. De outro lado, colocavam-se generosa e prontamente a traduzir os mais relevantes trabalhos publicados na língua alemã, ainda inacessível a tantos. Esse intercâmbio foi fundamental para o desenvolvimento da ciência em vários países, mas faltava a esse penalista estrangeiro, aluno e tradutor do mestre tedesco, um certo *sentimento de real pertencimento* a um debate internacional. Afinal, há inegavelmente em nossa ciência algo que a todos une, algo profundo, que não pode ser tratado apenas como o “mais novo produto de exportação germânico”, ávido por trespassar alfândegas.

Todos, munidos de seus multicromáticos passaportes, estavam preocupados com a *pena*, essa potente (e onipresente) manifestação estatal que aos juristas cumpre racionalizar. Essa tarefa incumbe a todos na mesma proporção. A pena encosta naquilo que todos temos enquanto pessoas, em nossos “direitos inatos”⁴. É ela, a pena, a *linguagem em comum* do Direito Penal⁵. Jürgen Wolter sabia que não estava exportando mais algum pistão fabricado na indústria alemã, mas encetando um diálogo sobre os fundamentos e os limites da pena criminal, e, nesse assunto, era preciso aprender com as experiências alheias. Wolter é, antes de tudo, um humanista.

2 Assim me manifestei em Leite, La lucha por una auténtica ciencia jurídico penal (y procesal), InDret 2020, p. 618 e ss. (acessível em: <https://indret.com/wp-content/uploads/2020/07/1556.pdf>), texto anteriormente publicado no GA, no fascículo 4/2020.

3 Na plástica e feliz imagem de que Wolter se valeu em várias oportunidades: GA 2016, 235; idem, Libertas 5/2016, 13.; idem, GA 2019, 658.

4 Assim, em reflexão pioneira, Greco, Strafprozesstheorie, p. 653 e ss.; seguindo e desenvolvendo a ideia, Leite, Notstand und Strafe, Berlin, 2019, p. 189, 193 e ss.

5 Sobre essa linguagem em comum, Leite, Ciência penal internacional: possibilidade e limites, Jota 11/2021, disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/penal-em-foco/ciencia-penal-internacional-05112021>

O GA foi palco desses esforços de racionalização envidados em conjunto – “olho no olho”. Essa *nova postura* permitiu, entre outras coisas, que autores estrangeiros passassem a figurar no conselho editorial da revista como “ständige Mitarbeiter” – como este subscritor, sem a condição de catedrático – e publicassem seus trabalhos ao lado dos autores alemães, e não em apartada seção de estrangeiros, destinada em outras revistas aos exotismos. Cômico das barreiras linguísticas, Wolter andava às voltas com a ideia de produzir mais publicações simultâneas em alemão e espanhol, para aumentar a difusão das ideias em tempo real. Nossa última tarde em Karlsruhe e Durlach foi recheada dessas estimulantes ideias.

No fundo, essas qualidades como cientista – ele é artífice do famoso *Systematischer Kommentar*, que dispensa apresentações – refletem a *pessoa* de Jürgen Wolter, o mais afável e atencioso penalista alemão que eu pude conhecer. Um cientista rigoroso, uma pessoa aberta. Por ser rigoroso e aberto, fez o GA à sua imagem e semelhança: rigoroso e aberto. Temo que seja irrepetível.

Jürgen Wolter: weit mehr als ein großer Vermittler zwischen der deutschen und der spanischsprachigen Strafrechtswissenschaft. Zum Abschied Jürgen Wolters von der Schriftleitung von *Goldammer's Archiv für Strafrecht**

Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Diego-Manuel Luzón Peña**

Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Miguel Díaz y García Conlledo***

Die Autoren dieser Zeilen haben vor einigen Jahren das Werk "Un puente de unión de la ciencia penal alemana e hispana. Liber Amicorum al Prof. Dr. Jürgen Wolter por su 75.º aniversario"¹ ["Eine Verbindungsbrücke zwischen der deutschen und spanischsprachigen Strafrechtswissenschaft. Freundesgabe für Prof. Dr. Jürgen Wolter zum 75. Geburtstag"] herausgegeben, in dem neben uns beiden eine breitere Gruppe von Mitgliedern unserer Schule Prof. Dr. Jürgen Wolter gebührend Ehre zuteil kommen ließen. Darin schrieben wir eine Einleitung und Laudatio mit dem Titel: "Jürgen Wolter: Un gran vínculo entre la ciencia alemana y española"² ["Jürgen Wolter: Ein großer Mittler, eine grosse Verbindung zwischen deutscher und spanischer Strafrechtswissenschaft"]. Der illustre deutsche Professor, geschätzte Kollege und liebe Freund beendete zum Ende des Jahres 2021 seine Amtszeit als Herausgeber und Schriftleiter von *Goldammer's Archiv für Strafrecht (GA)*³. Aus Anlass dieser – bedauerlicherweise

* Übersetzung von André Hölzer (aus dem Spanischen).

** Ordentlicher Professor für Strafrecht (emer.), Universidad de Alcalá, Madrid (Spanien). Ehrenvorsitzender der FICP.

*** Ordentlicher Professor für Strafrecht, Universidad de León (Spanien). Gründungsschirmherr der FICP.

1 LUZÓN PEÑA/DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO (dirs.), *Un puente de unión de la ciencia penal alemana e hispana. Liber Amicorum en homenaje al Prof. Dr. Jürgen Wolter por su 75.º aniversario*. Por la Escuela de los Directores y la FICP (Fundación Internacional de Ciencias Penales), Madrid, Reus, 2018. Diese Veröffentlichung war Gegenstand einer eingehenden Buchbesprechung durch LEITE, *Der Kampf um die richtige Straf(prozess)rechtswissenschaft. Eine Besprechung des spanischen Liber Amicorum für Jürgen Wolter 2018*, GA 2020, 273 ff., das auch auf Spanisch erschien in der Übersetzung von MARTÍNEZ SANROMÀ, *La lucha por una auténtica ciencia jurídico-penal (y procesal)*. Sobre el Liber Amicorum español en homenaje a Jürgen Wolter de 2018, InDret 2020-3, 618 ff.

2 LUZÓN PEÑA/DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO, *Liber Amicorum-Wolter*, 2018, 13 ff.

3 Sein letzter Artikel in jenem Jahr bietet ein Andenken und einen Überblick über die Jahre als Schriftleiter bei GA: WOLTER, *In eigener Sache: 20 Jahre Schriftleitung bei Goldammer's Archiv für Strafrecht (2002-2021)*, GA 2021, 663 ff.

etwas jähren – Beendigung einer so fruchtbringenden Zeit wollen wir unsere Laudatio fortschreiben, sie vervollständigen und sie ihm mit unserer allerhöchsten Wertschätzung für die geleistete Arbeit und aufrichtig empfundenen Solidarität und Freundschaft widmen.

Jürgen Wolter, emer. ord. Professor für Strafrecht, Strafprozessrecht und Rechtstheorie an der Universität Mannheim, ist ein vorzüglicher Strafrechtler, Verfasser zahlreicher, ausnahmslos bedeutender Veröffentlichungen von durchweg besonderer Originalität⁴, darunter absolute Referenzen mit Weltgeltung, wie etwa, um nur ein Beispiel anzuführen, sein Buch über objektive und personale Zurechnung von Verhalten, Gefahr und Verletzung⁵.

Das Vorgenannte steht für sich, und so wollen wir hier den Aspekt seiner Rolle als bedeutende Antriebskraft des wissenschaftlichen Dialogs zwischen der deutschen Strafrechtsdogmatik und der von anderen Ländern, vornehmlich der spanischen und der iberamerikanischen insgesamt hervorheben.

Seit vielen Jahren – mehr als 30 – hat Wolter⁶ an zahlreichen wissenschaftlichen Konferenzen teilgenommen, an denen Straf – und Strafprozessrechtler aus verschiedenen Ländern, natürlich auch aus Spanien und aus Iberoamerika, anwesend waren. Ebenso hat er an Büchern – in deutscher und auch in spanischer Sprache – mitgewirkt, die aus der Zusammenarbeit und Debatte unter spanischen und deutschen Strafrechtlern hervorgegangen sind. Sie hier im Einzelnen aufzuführen ist unmöglich. Doch der wichtigste – und eindrücklichste – Beitrag Wolters zur Vertiefung der Bindungen zwischen deutscher und spanischer bzw. iberamerikanischer Strafrechtswissenschaft gründet sich auf seine 2002 beginnende Herausgeberschaft und Schriftleitung (in den letzten Jahren gemeinsam mit Wilfried Küper⁷, Michael Hettinger und Ralf Eschelbach) der Ältesten unter

4 Auch wenn nachträglich noch einige hinzugekommen sind, so ist der Großteil seiner Werke im Verzeichnis seiner Veröffentlichungen aufgelistet in der Wolter-FS: ZÖLLER/HILGER/KÜPER/ROXIN (Hrsg.), Gesamte Strafrechtswissenschaft in internationaler Dimension. Festschrift für Jürgen Wolter zum 70. Geburtstag am 7. September 2013, 1495 ff. Das Renommee der beteiligten Autoren aus verschiedenen Ländern ist Ausdruck der großen Bedeutung Jürgen Wolters selbst und seines Werkes.

5 WOLTER, Objektive und personale Zurechnung von Verhalten, Gefahr und Verletzung in einem funktionellen Straftatsystem, 1981.

6 WOLTER selbst hat an seine mehr als 25jährige wissenschaftliche und persönliche Beziehung zu der spanischen Strafrechtswissenschaft erinnert: Principio de legalidad e imperio de la ley: interpretaciones erróneas del Derecho constitucional. A propósito de la aplicación alternativa de leyes, in: SILVA SÁNCHEZ/QUERALT JIMÉNEZ/CORCOY BIDASOLO/CASTIÑEIRA PALOU (Hrsg.), Estudios de Derecho Penal. Homenaje al Profesor Santiago Mir Puig, 2017, 429.

7 Bis zu dessen unerwartetem Ableben am 10. August 2020, das Wolter so sehr traf: s. nur WOLTER/ESCHELBACH, In dankbarer Erinnerung an Wilfried Küper (1.5.1937-10.8.2020): Vorbild, Mentor, Freund, GA 2020, 577 ff.

den deutschen Strafrechtszeitschriften, Goltdammer's Archiv für Strafrecht, 1853 von Theodor Goltdammer begründet und noch heute in Deutschland und auf der ganzen Welt eine der angesehensten Strafrechtszeitschriften.

Die engen Beziehungen zwischen der deutschen und spanischen Strafrechtswissenschaft bestehen seit vielen Jahrzehnten. Üblich sind Forschungsaufenthalte spanischer Strafrechtswissenschaftler an deutschen Universitäten oder anderen Forschungseinrichtungen unter Betreuung eines deutschen Strafrechtlers, sei es zur Vorbereitung von Doktorarbeiten, sei es in der Postdoktorandenphase. In jüngerer Zeit sind mehr und mehr Einladungen an deutsche Professoren ausgesprochen worden, in Spanien Vorträge zu halten oder an Kongressen teilzunehmen, was auch auf Iberoamerika zutrifft. Und ebenso, dies muss gesagt sein, wenn auch in geringerem Ausmaß, Einladungen von deutschen Einrichtungen an spanische oder spanischsprechende Professoren, in Deutschland Vorträge zu halten.

Wenn auch die Bedeutung der deutschen Strafrechtswissenschaft in Spanien immer Anerkennung gefunden hat, war es durchaus üblich, eine gewisse Beanstandung zu vernehmen: Zweifelsohne haben wir viel von den Deutschen gelernt; genug, dass wir uns bereits auf gleichem Niveau mit ihnen austauschen und diskutieren können. Und trotzdem – so wird behauptet – ist die Beziehung nicht gleichberechtigt, denn wir lesen die Werke der Deutschen in ihrer Sprache, übersetzen sie sogar, während sie unsere Werke nicht in unserer Sprache lesen, sie auch nicht übersetzen, und sie letztlich nur dann berücksichtigen, wenn wir auf Deutsch schreiben, was selten vorkommt und sich schwierig gestaltet, wenn es um Bücher, aber auch um Aufsätze in Zeitschriften oder Sammelbänden geht. Kurzgefasst – so wird für gewöhnlich geschlussfolgert – um uns in Deutschland Gehör zu verschaffen, müssen wir uns den Weg mit "dem Ellbogen" freimachen.

Sicher ist dabei etwas Wahres daran, aber in jüngerer Zeit hat sich die Lage doch deutlich gebessert, was die Beteiligung von Spaniern (und Iberoamerikanern im Allgemeinen) an deutschen Zeitschriften und Sammelwerken betrifft. Ja, es sind auch Bücher in deutscher Sprache von spanischen Strafrechtlern veröffentlicht worden, die in der deutschen Rechtslehre respektvoll und aufmerksam wahrgenommen werden. Die sprachliche Schwierigkeit besteht nach wie vor, doch muss anerkannt werden, dass immer mehr (wenn auch immer noch nicht viele) deutsche Kollegen uns auf Spanisch lesen, uns berücksichtigen und uns zitieren.

Ein Wendepunkt hin zur Verbesserung dieser Situation ist nun im Jahre 2002 mit der Ernennung Jürgen Wolters zum Herausgeber und Schriftleiter

von Goldammer's Archiv zu verzeichnen. Es war von jeher Wolters Anliegen, die Seiten der überaus renommierten Zeitschrift dem Dialog mit der Lehre verschiedener Länder, namentlich der spanischen und iberamerikanischen, aufzutun. Von symbolischer und materieller Bedeutsamkeit ist denn auch die Einbeziehung einer nicht unbedeutenden Anzahl von spanischen Strafrechtlern als ständige Mitarbeiter der Zeitschrift, mit anderen Worten als Mitglieder des wissenschaftlichen Beirates⁸. Aber von noch größerer Bedeutung ist es, dass im Zuge der redaktionellen Orientierung ganze Hefte oder Lieferungen der Zeitschrift dem Dialog zwischen der deutschen und der spanischen/iberamerikanischen Strafrechtswissenschaft gewidmet worden sind.

So erschien GA 2010/6 mit Beiträgen (es seien hier nur die Aufsätze angeführt) von Wolter⁹, Silva Sánchez, Gracia Martín und Schünemann. In GA 2011/5, angelegt als Festgabe für Claus Roxin zum 80. Geburtstag, zudem Bestandteil einer Reihe von berühmten Strafrechtlern gewidmeten Heften¹⁰, finden sich Beiträge von Wolter¹¹, Díaz y Garcá Conlledo, Gimbernat Ordeig und Luzón Peña. Die Ausgabe GA 2013/11 wiederum beinhaltet ausschließlich Aufsätze von spanischen Autoren: Silva Sánchez, Robles Planas, Montaner Fernández/Ortiz de Urbina Gimeno und Sánchez Lázaro. In GA 2016/5 erscheint eine neuerliche spanisch-deutsche Festgabe für Claus Roxin unter dem Titel "Freundesgabe für Claus Roxin zum 85. Geburtstag", welches wir ins Spanische übertragen und als Sonderausgabe 5 (2016) in *Libertas* (Zeitschrift der FICP), mit dem Titel *Liber amicorum a Claus Roxin por su 85.º aniversario* veröffentlicht haben¹², mit

-
- 8 Im Lauf der Zeit haben sich leichte Veränderung in der Zusammensetzung ereignet. Die beiden ersten, die im Jahr 2002, gleich zu Aufnahme seiner Tätigkeit als Herausgeber/Schriftleiter in den Beirat der ständigen Mitarbeiter aufgenommen wurden, waren DIEGO-M. LUZÓN PEÑA und SANTIAGO MIR PUIG. Gegenwärtig, seit dem Tode von SANTIAGO MIR PUIG, sind die spanischen ständigen Mitarbeiter – neben dem schon erwähnten D.-M. LUZÓN – JESÚS MARÍA SILVA SÁNCHEZ, MIGUEL DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO, MANUEL CANCIO MELIÁ und RICARDO ROBLES PLANAS, auf jeden Fall eine Anzahl, welche die der Mitglieder aus anderen Ländern mit Ausnahme Deutschlands übersteigt: so aus dem deutschsprachigen Raum, Schweiz (2) und Österreich (1), außerhalb des deutschen Sprachraums: Brasilien (2), Italien (1), Argentinien (1), Portugal (1) und Japan (1).
- 9 Von Bedeutung ist der Titel seines Einführungsartikels: Beiträge zur spanisch-deutschen Strafrechtswissenschaft: (Zur Modernisierung des Strafrechts – Vorwort), S. 305-306.
- 10 Es handelt sich nicht um die erste Festgabe für CLAUS ROXIN, bereits in GA 2006/5 wurde der deutsche Lehrmeister zu seinem 75. Geburtstag geehrt. War diese Festschrift auch nicht dem Dialog zwischen deutschen und spanischen Strafrechtswissenschaft gewidmet, so nahmen an ihr dennoch mehrere spanische Autoren, darunter der erste von uns, D. LUZÓN, teil.
- 11 In diesen Fall trägt er mit zwei Aufsätzen bei, der erste mit einführendem Charakter mit dem Titel Beiträge zur spanisch-deutschen Strafrechtswissenschaft. Grundlagen des Strafrechts und das Werk von Claus Roxin – Einführung, S. 255-258.
- 12 In der spanischen Ausgabe in der Zeitschrift *Libertas* (<http://www.ficp.es/revista-libertas/>) erscheint zudem ein ursprünglich für die bereits erwähnte Ausgabe GA 2016/5 vorgesehener Beitrag von CANCIO MELIÁ, der aber nicht

Beiträgen von Wolter¹³, Díaz y García Conlledo, Greco, Jäger, Jung, Luzón Peña, Robles Planas, Schöch, Schünemann, Silva Sánchez und Zöller (und Cancio Meliá, in der spanischen Ausgabe in *Libertas*) sowie einem umfassenden Bericht von Ambos/Malarino (Argentinien) und einigen umfangreichen Buchbesprechungen (eine davon von Pérez-Barberá, Argentinien).

Ein weiterer sehr wichtiger Beitrag Wolters zum Dialog zwischen der deutschen und der spanischen Strafrechtswissenschaft erfolgt in GA 2017/12, worin ein großer Schritt in Richtung einer Zusammenarbeit auf Augenhöhe unternommen wird, handelt es sich doch um die in der über 160-jährigen Geschichte der Zeitschrift erste Ausgabe, die zur Gänze einem herausragenden spanischen Strafrechtler, Santiago Mir Puig, aus Anlass dessen 70. Geburtstages, gewidmet war¹⁴, unter dem Titel "Festgabe für Santiago Mir Puig zum 70. Geburtstag", mit Beiträgen von Wolter (zusammen mit Küper)¹⁵, Robles Planas, Silva Sánchez, Roxin, Luzón Peña, Schünemann, De Vicente Remesal, Frisch und Díaz y García Conlledo. Heft 2018/9 ist dann Jürgen Wolter zum 75. Geburtstag gewidmet¹⁶, zurückgehend auf die Initiative von Wolters Schüler Mark Zöller, mit Beiträgen von Zöller, Küper, Roxin, Schöch, Luzón Peña, Díaz y García Conlledo und Greco, in mehr als wohlverdienter Anerkennung für seine unentwegten Bemühungen um die Zeitschrift, ihr hohes wissenschaftliches Niveau und ihren internationalen Dialog – ein weiteres Mal mit Beteiligung von spanischen Autoren. Und noch ein zweites Mal und wiederum für deutsche Verhältnisse außergewöhnlich widmet Wolter dann die Ausgabe 2020/4¹⁷ einem weiteren spanischen Strafrechtler, den er als ebenso herausragend ansieht, aus Anlass dessen 70. Geburtstags, Diego-Manuel Luzón Peña, in Zusammenarbeit mit dessen Schüler und zugleich auch ständigem Mitarbeiter von GA, Miguel Díaz y García Conlledo, in einer Geste der Großzügigkeit und Beachtung, mit einer jeweiligen würdigenden Einleitung-Laudatio beider Koordinatoren und mit Beiträgen – neben weiteren der beiden

mehr zeitgerecht eingegangen war und darum in einer späteren Ausgabe von GA veröffentlicht wurde, sowie eine Vorstellung von DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO als Herausgeber und Leiter der Zeitschrift *Libertas*.

- 13 Unter dem Titel Claus Roxin und Goldammer's Archiv für Strafrecht, GA 2016/5, 233 ff. [Claus Roxin y Goldammer's Archiv für Strafrecht (GA), *Libertas* 2016/5, übers. v. LUZÓN PEÑA/DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO, 10 ff.]
- 14 Worauf WOLTER selbst in seiner Einführung der Ausgabe hinweist, deren Titel gleich in Folge erwähnt wird, GA 2017/12, 641; LH-Mir Puig, 2017, 429.
- 15 Mit einer Einführung, die den bezeichnenden Titel trägt Santiago Mir Puig als Architekt der spanischen-deutschen Wissenschaftsfreundschaft, 641 ff.
- 16 Jürgen Wolter zum 75. Geburtstag, GA 2018/9, 473 ff.
- 17 Freundesgabe für Diego-Manuel Luzón Peña zum 70. Geburtstag, GA 2020/4, 169 ff. Obschon offensichtlich die Autoren dieser Zeilen unmittelbar in diese Widmung einbezogen sind (ihr Adressat und einer der Koordinatoren der FG), geben wir einer Zitierweise den Vorzug, die den übrigen Referenzen von GA entspricht.

Genannten – von Roxin, de Vicente Remesal, Schünemann, Mir Puig, Silva Sánchez, Zöller, Greco, Robles Planas und Leite. Von ausnehmender Bedeutung ist der Titel, den Wolter seiner Würdigung verlieh, die alle vorgenannten Klüfte überbrückte, die wir zuvor erwähnt haben: “Diego-Manuel Luzón Peña als Garant einer spanisch-deutschen Strafrechtsdogmatik auf Augenhöhe. Plädoyer für eine rechtskreisbezogene internationale Strafrechtswissenschaft”¹⁸.

Angesichts des traurigen Todes von Santiago Mir Puig am 6. Mai 2020, einem der brilliantesten spanischen Strafrechtler und bis dahin ständiger Mitarbeiter im wissenschaftlichen Beirat von GA, nimmt Jürgen Wolter in GA 2020/9, zusätzlich zu den routinemäßig vorgesehenen Beiträgen deutscher Autoren, einen Artikel zu seinem Gedenken auf¹⁹, der den bezeichnenden Untertitel “Wegbereiter einer partnerschaftlichen spanisch-deutschen Strafrechtswissenschaft” trägt, woran ersichtlich wird, wie der Empfänger dieser unserer Würdigung die deutsche und die spanische Wissenschaft auf eine gleiche Stufe stellt. In derselben Ausgabe von GA ist auch ein Artikel des ausgezeichneten Schülers von Mir Puig, Jesús-María Silva Sánchez – ebenso ein ständiger Mitarbeiter von GA – im Gedenken an seinen Lehrer enthalten, mit besonderem Hinblick auf dessen frühes Werk²⁰. Und schließlich, ohne diese Aufzählung zu sehr in die Länge ziehen zu wollen, sei hervorgehoben, dass GA in verschiedenen Ausgaben Arbeiten von nicht in Deutschland beheimateten Juristen Zutritt verschafft hat, häufig aus Spanien und anderen südeuropäischen sowie lateinamerikanischen Ländern, und es sei ebenso betont – wo es um Mitglieder unserer Schule geht –, dass Jürgen Wolter in den letzten Ausgaben nicht nur für uns, sowie einen herausragenden Mitglied unserer Schule wie Javier de Vicente Remesal (mit den schon angeführten Beiträgen) und Silvia Martínez Cantón²¹, ebenso Mitschülerin von Wolter, von der wir im Folgenden sprechen werden, sondern auch für junge, vielversprechende Doktoren wie Carmen Pérez-Sauquillo Muñoz²², Schülerin von Luzón Peña, und Alfredo Alpaca Pérez²³, Schüler von Díaz y García Conlledo, sehr großzügig Raum

18 WOLTER, GA 2020/4, 176 ff.

19 WOLTER, Professor Dr. Dr. h.c. mult. Santiago Mir Puig (5.12.1947-6.5.2020). Wegbereiter einer partnerschaftlichen spanisch-deutschen Strafrechtswissenschaft, GA 2020/9, 513 ff.

20 SILVA SÁNCHEZ, Die Werke des jungen Mir Puig. Santiago Mir Puig in memoriam, GA 2020/9, 518 ff.

21 MARTÍNEZ CANTÓN, Das Recht auf anwaltlichen Beistand im Licht der Rechtsprechung des EuGH und des EGMR: Beschränkungen des Rechts, einen Anwalt zu wählen, GA 2021/9, 512 ff.

22 PÉREZ-SAUQUILLO MUÑOZ, Eine Theorie der kollektiven Rechtsgüter: Überlegungen anhand der öffentlichen Gesundheit, GA 2021/6, 328 ff.

23 ALPACA PÉREZ, Prävention und Vergeltung bei der Rechtfertigung der staatlichen Strafe, GA 2021/10, 543 ff.

gegeben hat. Zudem war uns bekannt, dass es weitere Angebote und Nachfragen von seiner Seite gab.

Die Bemühungen Wolters, mit der Unterstützung der übrigen für die Zeitschrift Verantwortlichen, verdienen höchstes Lob und die spanische Strafrechtslehre – wie auch die spanischsprachige im Allgemeinen – muss ihm besonders dankbar sein für ein derartig großzügiges und breit entwickeltes Vorhaben. Wir persönlich sind ihm zutiefst dankbar.

Die enge Zusammenarbeit zwischen Deutschland und Spanien unter Wolters Federführung beläuft sich aber keineswegs nur hierauf. Um zwei weitere Beispiele anzuführen, sei die von ihm geförderte enge Beziehung zwischen GA und einigen spanischen Zeitschriften, beispielsweise *InDret Penal* oder die uns nahestehende *Libertas*, die Wolter selbst hervorhob²⁴, oder seine Mitgliedschaft als Ehrenmitglied unserer FICP und als Mitglied des internationalen wissenschaftlichen Beirates und der Redaktion von *Libertas*, erwähnt. Ja, Wolter und Díaz y García Conlledo haben sogar, in „sukzessiver Mittäterschaft“, wie Ersterer es so gelungenen und humorvoll zum Ausdruck gebracht hat, eine Schülerin gemeinsam²⁵. Und ebenso wenig ist seine bedeutende Mitarbeit an spanischen Werken von besonderem Stellenwert außer Acht zu lassen. Es mögen hierzu zwei der jüngsten zitiert werden, die Festschriften für zwei spanische Strafrechtler, denen er sich besonders nahe fühlte, eben jene, denen GA auch Festgaben zgedacht hat: Santiago Mir Puig²⁶ und Diego-Manuel Luzón Peña²⁷.

Um diese Ausführungen nicht noch weiter auszudehnen, sei hier Wolter mit seinen eigenen Worten aus dem Roxin gewidmeten GA-Heft von 2016 angeführt, worin er seine Genugtuung über die Zusammenarbeit der deutschen und der spanischen wie auch lateinamerikanischen Strafrechtswissenschaft und deren Ausgestaltung in GA und anderen wichtigen Schritten zum Ausdruck bringt: „Insgesamt geben all diese Entwicklungen – hier nur beispielhaft und erheblich verengt auf Lateinamerika, Spanien und Portugal, auf GA und auf die Teilnehmer

24 So in GA 2017/12, 642; LH-Mir Puig: SILVA/QUERALT/CORCOY/CASTIÑEIRA (Hrsg.), *Estudios de Derecho penal. Homenaje al profesor Santiago Mir Puig*, 2017, 428.

25 Es handelt sich um bereits zuvor in Fn. 21 erwähnte SILVIA MARTÍNEZ CANTÓN.

26 WOLTER, *Principio de legalidad e imperio de la ley: interpretaciones erróneas del Derecho constitucional a propósito de la aplicación alternativa de leyes* (trad. RAGUÉS), in: LH-Mir Puig, 2017, 417 ff.

27 WOLTER, *La imputación objetiva en un sistema del delito de doble vía* (trad. DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO/ALPACA PÉREZ), in LH-Luzón Peña: DE VICENTE REMESAL/DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO/PAREDES CASTAÑÓN/OLAIZOLA NOGALES/TRAPERO BARREALES/ROSO CAÑADILLAS/ LOMBANA VILLALBA (Hrsg.), *Libro Homenaje al Profesor Diego-Manuel Luzón Peña con motivo de su 70.º aniversario*, Bd. I, 2020, 1173 ff.

an der Freundesgabe bezogen – ein reiches Anschauungsmaterial für eine ‘Internationale Strafrechtsdogmatik auf Augenhöhe’, die einen Ursprung in den Symposien von Coimbra, Madrid und Barcelona 1991/1994 hatte, ihren Fortgang in den AT – Lehrbüchern von Roxin 1991-2006 (vgl. das Vorwort in der 4. Auflage des AT I) genommen hat und Verstärkung gerade auch durch die bezeichneten (GA-)Beiträge von Roxin sowie die Initiativen von Schünemann insbesondere in Goltdammer’s Archiv für Strafrecht gefunden hat”²⁸. Eben seine Vorstellung einer gleichberechtigten Strafrechtsdogmatik, von welcher er wieder und wieder sprach, so auch im Titel seiner Würdigung Luzón Peñas in GA 2020/4, wie wir schon gesehen haben.

Dazu kommt noch die ganz spezielle und fortdauernde Beziehung, die unsere Schule und die Mehrzahl der ihr Angehörigen spanischer und lateinamerikanischer Herkunft seit mehreren Jahrzehnten mit der deutschen wissenschaftlichen Schule verbindet, zu der Wolter gehört, unter Federführung von Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Claus Roxin, bei dem (bzw. bei verschiedenen Schülern von ihm) nicht wenige unserer Mitglieder ihre Ausbildung abgeschlossen oder an gemeinsamen Projekten und Initiativen mitgewirkt haben – wie etwa, um nur eine der international am meisten bekannten anzuführen, die Übersetzung der beiden Bände des beeindruckenden Lehrbuchs Strafrecht, Allgemeiner Teil von Claus Roxin ins Spanische, die mehrere von uns unter der Leitung von Diego-Manuel Luzón Peña realisiert haben²⁹.

Zu Beginn dieses Beitrages, der sich ebenso als eine Vervollständigung unserer Einleitung unserer ihm gewidmeten Freundesgabe von 2018 versteht, erwähnten wir, dass Jürgen Wolter ein außergewöhnlicher Strafrechtler ist, und widmeten den größten Teil der Hervorhebung seiner unermüdlichen und unschätzbaren Tätigkeit als Bürge des Dialogs zwischen der deutschen Strafrechtswissenschaft

28 GA 2016/5, 235; Libertas 5 2016, 13 f.

29 ROXIN, Derecho Penal, Parte General, Madrid, Civitas u. Thomson-Civitas, Bd. I, Übers. der 2. Aufl. u. Anm. v. LUZÓN PEÑA, DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO und DE VICENTE REMESAL, 1997; Bd. II, Übers. u. Anm. v. LUZÓN, PAREDES, DÍAZ, DE VICENTE, GARCÍA MOSQUERA, TRAPERO, OLAIZOLA, ROSO, BARBER, JERICÓ, DURÁN, RODRÍGUEZ VÁZQUEZ, MARTÍNEZ CANTÓN, VEGA und ESCOBAR, 2014. Ein weiterer öffentlicher Beleg der Anerkennung und Ehrung seitens unserer Schule für den WOLTER und uns gemeinsamem Lehrer ist eine weitere Festschrift für ROXIN aus dem Jahr 2018, an der alle Mitglieder unserer Schule, die an der Übersetzung der beiden Bände seines Lehrbuchs mitgewirkt haben, teilnahmen und auch sein Schüler B. SCHÜNEMANN: LUZÓN PEÑA (Hrsg.), Libro-Homenaje a Claus Roxin por su nombramiento como Dr. h.c. por la Univ. Inca Garcilaso de la Vega (Por sus discípulos y traductores al español de su tratado Derecho Penal, Parte General, tomos I y II) [Festschrift für Claus Roxin anlässlich seiner Ernennung zum Ehrendoktor an der Univ. Inca Garcilaso de la Vega (Von seinen Schülern und Übersetzern ins Spanische seines Lehrbuchs Strafrecht, Allgemeiner Teil, Bände I und II)], Lima, UIGV/FICP, 2018.

und der anderer Länder, insbesondere die des iberamerikanischen Kreises. Zum Schluss nun liegt uns am Herzen, etwas hervorzuheben, was noch überaus wichtiger als alles vorstehend Genannte ist und was sich in unserer Erfahrung und unserem persönlichen Umgang mit ihm immer wieder zeigte: Jürgen Wolter ist eine wunderbare Person.

Doch noch bevor wir endgültig zum Schluss kommen, möchten wir unserer Traurigkeit und Trostlosigkeit Ausdruck verleihen ob der Tatsache, dass Jürgen Wolter unter für ihn schmerzlichen Umständen³⁰ die Herausgabe und Schriftleitung von GA aufgeben musste. Unsere Dankbarkeit und Solidarität mit Jürgen Wolter sind bedingungslos und unverbrüchlich. Aus diesem Grund möchten wir ihm an dieser Stelle von Neuem unsere tief empfundene Würdigung aussprechen und versichern – welche auch immer die Umstände seines Austritts aus GA sein mögen –, dass sein meisterhaftes Werk in der Zeitschrift auf immer seinen gebrandmarkten Platz in deren Geschichte haben wird und nichts und niemand jemals dieses Verdienst schmälern kann. Lieber Jürgen, immer wirst Du Schlüsselement – Chefarchitekt – einer ausnehmend glanzvollen Ära einer für die Strafrechtswissenschaft Deutschlands und der Welt einzigartigen Zeitschrift sein. Dies sollte Dir über alle Umstände erhabene innere Ruhe und Stolz zuteilwerden und dich glück erfüllt auf Dein Werk blicken lassen. Nur wenige können solch ein Verdienst in der Strafrechtsgeschichte für sich beanspruchen. Danke dafür, dass Du uns einen winzigen Bestandteil dieser glänzenden Geschichte, in der dein Name für immer strahlen wird, sein lassen hast! Du bist nicht nur, wie wir 2018 sagten, „ein großer Vermittler, eine Verbindungsbrücke zwischen der deutschen und spanischsprachigen Strafrechtswissenschaft“ gewesen, sondern weit mehr – schwer nur in Worte zu fassen, aber wir versuchen es folgendermaßen zusammenzufassen: Du bist Schlüsselfigur des Aufbaus einer auf höchstem Niveau befindlichen Strafrechtswissenschaft jenseits aller Staats – und Sprachgrenzen und ihrer Erhebung zu einer Weltwissenschaft (und ja globalen Wissenschaft) des Strafrechts gewesen. Wir sind der Überzeugung, Dir im Namen der spanischsprachigen und iberamerikanischen Strafrechtler unseren großen Dank aussprechen zu können, und gib dieses grandiose Vorhaben, an das Du so sehr geglaubt hast und das Du wie kein anderer hast Wirklichkeit werden lassen, nicht auf, wenn auch nicht mehr im Rahmen von GA! Und nimm nochmals unsere tiefste akademische Hochachtung, unseren tiefsten Dank und persönliche Zuneigung entgegen.

30 S. nur die erste Seite seines Abschiedsartikels: WOLTER, GA 2021/12, 663.

Jürgen Wolter: mucho más que un gran vínculo entre la ciencia penal alemana e hispana. En la despedida de Jürgen Wolter de la dirección de Goldammer's Archiv für Strafrecht

Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Diego-Manuel Luzón Peña*

Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Miguel Díaz y García Conlledo**

Quienes escribimos estas líneas dirigimos hace unos años la obra “Un puente de unión de la ciencia penal alemana e hispana. *Liber Amicorum* al Prof. Dr. Jürgen Wolter por su 75.º aniversario”¹, en el que, además de nosotros dos, un amplio grupo de miembros de nuestra escuela dedicaban un sentido homenaje al Prof. Dr. Jürgen Wolter. En él escribíamos una introducción y *laudatio*, que titulamos “Jürgen Wolter: Un gran vínculo entre la ciencia alemana y española”². El ilustre Profesor alemán, apreciado colega y querido amigo, terminó, al final de 2021, su etapa como editor y director de Goldammer's Archiv für Strafrecht (GA)³. Con motivo del final, lamentablemente algo abrupto, de una etapa tan fructífera, actualizamos aquí nuestra *laudatio*, completándola y dedicándosela con el máximo aprecio por su labor y nuestra más sentida solidaridad y amistad.

El Prof. Dr. Jürgen Wolter, Catedrático emérito de Derecho penal y procesal penal de la Universidad de Mannheim, es un excelente penalista,

* Catedrático de Derecho Penal (emer.), Universidad de Alcalá, Madrid (España). Presidente de Honor de la FICP.

** Catedrático de Derecho Penal, Universidad de León (España). Patrono fundador de la FICP.

1 LUZÓN PEÑA/DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO (dirs.), Un puente de unión de la ciencia penal alemana e hispana. *Liber Amicorum* en homenaje al Prof. Dr. Jürgen Wolter por su 75.º aniversario. Por la Escuela de los Directores y la FICP (Fundación Internacional de Ciencias Penales), Madrid, Reus, 2018. El libro fue objeto de una amplia recensión por LEITE, *Der Kampf um die richtige Straf(prozess)rechtswissenschaft. Eine Besprechung des spanischen Liber Amicorum für Jürgen Wolter 2018*, GA 2020, 273 ss., que se publicó en español, en traducción de MARTÍNEZ SANROMÀ, *La lucha por una auténtica ciencia jurídico-penal (y procesal). Sobre el Liber Amicorum español en homenaje a Jürgen Wolter de 2018*, InDret 2020-3, 618 ss.

2 LUZÓN PEÑA/DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO, *Liber Amicorum-Wolter*, 2018, 13 ss.

3 Su último artículo de ese año hace memoria y recuento de sus años al frente de GA: WOLTER, *In eigener Sache: 20 Jahre Schriftleitung bei Goldammer's Archiv für Strafrecht (2002–2021)*, GA 2021, 663 ss.

autor de numerosas publicaciones⁴, siempre relevantes y siempre especialmente originales, algunas de absoluta referencia mundial, como, por citar solo una, su libro sobre imputación objetiva y personal de conducta, peligro y lesión en un sistema funcional de delito⁵.

Siendo claro lo anterior, la faceta que aquí queremos destacar es la de Wolter como gran impulsor del diálogo científico entre la doctrina alemana y la de otros países y, en concreto, la española y toda la iberoamericana.

Wolter ha intervenido desde hace muchos años, más de treinta⁶, en múltiples reuniones científicas con presencia de penalistas y procesalistas de diversos países, desde luego también españoles y, en general, iberoamericanos. Igualmente, ha participado en libros en alemán y español fruto de la colaboración y debate entre penalistas españoles y alemanes. La cita de unos y otros se hace aquí imposible. Pero la más importante – e impresionante – contribución a estrechar lazos entre la ciencia penal alemana y la española e iberoamericana la ofrece Wolter como editor y director (durante los últimos años con Wilfried Küper⁷, Michael Hettinger y Ralf Eschelbach) de la decana de las revistas jurídico-penales alemanas, el *Goldammer's Archiv für Strafrecht*, fundada en 1853 por Theodor Goldammer, aún en la actualidad una de las más prestigiosas en Alemania y en el mundo entero.

Las relaciones estrechas entre la ciencia penal alemana y la española existen desde hace muchos decenios. Las más frecuentes tradicionalmente se traducen en estancias de investigación pre o postdoctorales de españoles en universidades u otros centros de investigación alemanes, acogidos por un penalista alemán. En tiempos más recientes se han ido haciendo cada vez más frecuentes las invitaciones

4 Aunque hay algunas posteriores, la mayoría se relacionan en el listado de publicaciones en FS-Wolter: ZÖLLER/HILGER/KÜPER/ROXIN (eds.), *Gesamte Strafrechtswissenschaft in internationaler Dimension. Festschrift für Jürgen Wolter zum 70. Geburtstag am 7. September 2013*, 1495 ss. Esta obra es el Libro Homenaje que se le dedicó con motivo de su 70.º aniversario. La relevancia de los autores de diversos países que en él intervienen da cuenta de la propia importancia de JÜRGEN WOLTER y su obra.

5 WOLTER, *Objektive und personale Zurechnung von Verhalten, Gefahr und Verletzung in einem funktionellen Straftatsystem*, 1981.

6 El propio WOLTER ha recordado su relación científica y personal de más de veinticinco años con la ciencia penal española en *Principio de legalidad e imperio de la ley: interpretaciones erróneas del Derecho constitucional. A propósito de la aplicación alternativa de leyes*, en LH-Mir Puig: SILVA SÁNCHEZ/QUERALT JIMÉNEZ/CORCOY BIDASOLO/CASTIÑEIRA PALOU (coords.), *Estudios de Derecho Penal. Homenaje al profesor Santiago Mir Puig*, 2017, 429.

7 Hasta el inesperado fallecimiento de este el 10 de agosto de 2020, que nuestro homenajeado tanto sintió: v. solamente WOLTER/ESCHELBACH, *In dankbarer Erinnerung an Wilfried Küper (1.5.1937-10.8.2020)*: 513 *Vorbild, Mentor, Freund*, GA 2020, 577 ss.

a profesores alemanes a impartir conferencias o a participar en congresos en España, igual que sucede en Iberoamérica. Y, hay que reconocerlo, aunque en mucha menor medida, las de centros alemanes que invitan a profesores españoles o hispanoparlantes a impartir conferencias y ponencias en congresos.

Aunque siempre se ha reconocido en España la importancia de la ciencia del Derecho penal alemana, ha sido bastante común una cierta queja: hemos aprendido mucho de los alemanes, sin duda; tanto, que ya podemos compartir y debatir con ellos de tú a tú. Y, sin embargo, se afirma, la relación no es igualitaria, pues nosotros leemos a los alemanes en su idioma, incluso los traducimos, mientras que ellos no nos leen en nuestro idioma, no nos traducen y, en definitiva, solo nos tienen en cuenta cuando escribimos en alemán, cosa poco frecuente y muy difícil si hablamos de libros, pero también de artículos de revista o trabajos en libros colectivos. En resumen, se concluye usualmente, para que nos escuchen los alemanes, tenemos que ir abriéndonos paso “a codazos”.

Existiendo un núcleo de verdad en lo anterior, la situación ha ido mejorando mucho en tiempos recientes, en lo que se refiere a la participación de españoles (e iberoamericanos en general) en revistas y obras colectivas alemanas, e incluso penalistas españoles han escrito y publicado libros en alemán, que son recibidos con todo respeto y atención en la doctrina alemana. Subsiste el problema del idioma, pero también hay que reconocer que cada vez son más (aunque aún no sean muchos) los colegas alemanes que nos leen en español, nos tienen en cuenta y nos citan.

Pues bien, un hito fundamental en la mejoría de esa situación tiene lugar desde que en 2002 Jürgen Wolter es nombrado editor y director del *Goldammer's Archiv*. Wolter se propone abrir las páginas de la prestigiosísima revista al diálogo con la doctrina de diversos países y, en concreto, con la española e iberoamericana. Ya simbólica y materialmente importante resulta la inclusión de un número destacado de penalistas españoles entre los colaboradores permanentes de esta, es decir en su consejo científico⁸. Pero aún más importante ha resultado el que, en cumplimiento de un proyecto editorial, se hayan dedicado números o fascículos

8 Estos han variado ligeramente a lo largo de los años. Los dos primeros incorporados al consejo de colaboradores permanentes ya desde el inicio de su mandato como editor/director en 2002 fueron DIEGO-M. LUZÓN PEÑA y SANTIAGO MIR PUIG. Actualmente los colaboradores permanentes españoles somos, tras el fallecimiento de SANTIAGO MIR PUIG en 2020, aparte del ya mencionado D.-M. LUZÓN, JESÚS MARÍA SILVA SÁNCHEZ, MIGUEL DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO, MANUEL CANCIO MELIÁ y RICARDO ROBLES PLANAS, en todo caso un número muy superior al de miembros de cualquier otro país fuera de Alemania: del ámbito germánico dos suizos y un austríaco, y fuera de ese ámbito dos brasileños-alemanes, dos italianos, un argentino, un portugués y un japonés.

enteros de la revista al diálogo entre la ciencia penal alemana y la española e iberoamericana.

Así, aparece GA 2010/6, con contribuciones, mencionando solo los artículos, de Wolter⁹, Silva Sánchez, Gracia Martín y Schünemann. En GA 2011/5, aparecido como Festgabe für Claus Roxin zum 80. Geburtstag [Homenaje a Claus Roxin por su 80.º aniversario], inscrito además en una serie de números dedicados a honrar a insignes penalistas¹⁰, encontramos artículos de Wolter¹¹, Díaz y García Conlledo, Gimbernat Ordeig, y Luzón Peña. GA 2013/11 contiene solo artículos de españoles: Silva Sánchez, Robles Planas, Montaner Fernández/Ortiz de Urbina Gimeno y Sánchez Lázaro. Un nuevo homenaje hispano-alemán a Roxin aparece en GA 2016/5, bajo el título Freundesgabe für Claus Roxin zum 85. Geburtstag, que traducimos al español para publicarlo en el número extraordinario monográfico 5 (2016) de Libertas. Revista de la Fundación Internacional de Ciencias Penales, con el título Liber amicorum a Claus Roxin por su 85.º aniversario¹², con artículos de Wolter¹³, Díaz y García Conlledo, Greco, Jäger, Jung, Luzón Peña, Robles Planas, Schöch, Schünemann, Silva Sánchez y Zöller (y Cancio Meliá, en la versión española de Libertas), así como un extenso informe de Ambos/Malarino (argentino este último) y algunas reseñas amplias (entre ellas una del argentino Pérez Barberá).

Otra contribución muy importante de Wolter al diálogo entre la ciencia penal alemana y española se produce en GA 2017/12, donde se da un paso enorme en la dirección de la colaboración en pie de igualdad, al tratarse del primer número en toda la más que centenaria historia de la puntera revista dedicado por

9 Significativo es el título de su artículo introductorio: Beiträge zur spanisch-deutschen Strafrechtswissenschaft: (Zur Modernisierung des Strafrechts – Vorwort) [Contribuciones a la ciencia del Derecho penal alemana-española (Acerca de la modernización del Derecho penal – prólogo)], 305-306.

10 Este no es el primero dedicado a CLAUS ROXIN, pues ya GA 2006/5 homenajeaba al maestro alemán por su 75.º aniversario, si bien no se dedicaba al diálogo entre la ciencia penal alemana y española, aunque en él intervino algún autor español, entre otros el primero de nosotros, D. LUZÓN.

11 En este caso presenta dos trabajos, el primero introductorio con el título Beiträge zur spanisch-deutschen Strafrechtswissenschaft. Grundlagen des Strafrechts und das Werk von Claus Roxin – Einführung [Contribuciones a la ciencia del Derecho penal alemana-española. Fundamentos del Derecho penal y la obra de Claus Roxin – Introducción-], 255-258.

12 En la versión española en Libertas (<http://www.ficp.es/revista-libertas/>) aparece además un artículo de CANCIO MELIÁ que iba destinado al citado GA 2016/5, pero que no llegó a tiempo para este y fue publicado en un número posterior de GA, así como una presentación de DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO como director de la revista.

13 En este caso titulado Claus Roxin und Goldammer's Archiv für Strafrecht, GA 2016/5, 233 ss. [Libertas 5 (2016), Claus Roxin y Goldammer's Archiv für Strafrecht (GA), traducción de LUZÓN PEÑA/DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO, 10 ss.]

completo a un destacado penalista español¹⁴ con motivo de su 70.º aniversario, a Santiago Mir Puig, como refleja su título *Festgabe für Santiago Mir zum 70. Geburtstag* [Homenaje a Santiago Mir por su 70.º aniversario], con trabajos de Wolter (en conexión con Küper)¹⁵, Robles Planas, Silva Sánchez, Roxin, Luzón Peña, Schünemann, de Vicente Remesal, Frisch y Díaz y García Conlledo. Impulsado por Mark Zöller, discípulo de Wolter, se publicó el fascículo 2018/9 de GA, dedicado a Jürgen Wolter por su 75.º aniversario¹⁶, con contribuciones de Zöller, Küper, Roxin, Schöch, Luzón Peña, Díaz y García Conlledo y Greco, como merecidísimo homenaje a quien tanto se esfuerza por la revista, por el alto nivel científico de esta y por el diálogo internacional, una vez más contando con autores españoles, en su incansable tarea. Por segunda vez en la revista y de nuevo de manera absolutamente excepcional en el panorama alemán, Wolter va a cumplir su empeño en dedicar un número, el GA 2020/4¹⁷, con motivo de su 70.º aniversario a otro penalista español que él considera igualmente destacado, Diego-Manuel Luzón Peña, coordinándolo, en un nuevo gesto de generosidad y consideración, con el discípulo de este, también colaborador permanente de GA, Miguel Díaz y García Conlledo, iniciándolo con sendas introducciones-*laudationes* de ambos, y con colaboraciones, además de otras de ellos dos, de Roxin, de Vicente Remesal, Schünemann, Mir Puig, Silva Sánchez, Zöller, Greco, Robles Planas y Leite. Extraordinariamente significativo es el título de la *laudatio* de Wolter, superando las distancias a las que más arriba hacíamos referencia: “Diego-Manuel Luzón Peña como garante de una dogmática jurídico-penal alemana-española de igual a igual. Un alegato en favor de una ciencia jurídico-penal internacional referida al correspondiente ámbito jurídico”¹⁸.

Con motivo del triste fallecimiento, el 6 de mayo de 2020, de Santiago Mir Puig, uno de los más brillantes penalistas españoles y hasta entonces miembro del consejo de colaboradores permanentes de GA, en GA 2020/9, junto a los trabajos previstos ordinariamente de autores alemanes para el número, Jürgen

14 Como destaca el propio WOLTER en su trabajo introductorio al fascículo cuyo título mencionaremos enseguida, GA 2017/12, 641; LH-Mir Puig, 2017, 429.

15 Su trabajo introductorio se titula *Santiago Mir als Architekt der spanisch-deutschen Wissenschaftsfreundschaft* [Santiago Mir como arquitecto de la amistad científica alemana-española], 641 ss.

16 Jürgen Wolter zum 75. Geburtstag, GA 2018/9, 473 ss.

17 *Freundesgabe für Diego-Manuel Luzón Peña zum 70. Geburtstag* [Liber Amicorum a Diego-Manuel Luzón Peña con motivo de su 70º aniversario], GA 2020/4, 169 ss. Aunque evidentemente quienes escribimos ahora somos implicados directos en el homenaje (su destinatario y uno de los coordinadores), hemos preferido mantener el texto en el estilo de las demás referencias a números de GA.

18 WOLTER, *Diego-Manuel Luzón Peña als Garant einer spanisch-deutschen Strafrechtsdogmatik auf Augenhöhe. Plädoyer für eine rechtskreisbezogene internationale Strafrechtswissenschaft*, GA 2020/4, 176 ss.

Wolter incluye un trabajo en su recuerdo¹⁹, con el significativo subtítulo, referido al autor español “Pionero de una ciencia jurídico-penal hispano-alemana en colaboración”, donde se observa cómo nuestro homenajeado coloca a la ciencia alemana y a la española en un nivel de igualdad. En el mismo fascículo de GA se incluye también un artículo del destacado discípulo de Mir Puig, colaborador permanente de GA, Jesús-María Silva Sánchez, en memoria de su maestro y recordando la obra temprana de este²⁰. Por fin, para no alargar mucho más esta exposición, destacando que GA da entrada en diversos números a trabajos de juristas no alemanes, con frecuencia españoles, latino-europeos o latino-americanos, señalaremos además, por afectar a miembros de nuestra escuela, cómo en los últimos números Jürgen Wolter ha sido generoso dando espacio, no solo a nosotros, a un miembro cualificado de nuestra escuela como Javier de Vicente Remesal (con los trabajos ya citados) y a la codisípula del propio Wolter, a la que enseguida nos referiremos, Silvia Martínez Cantón²¹, sino también a jóvenes doctores, muy prometedores, como son Carmen Pérez-Sauquillo Muñoz²², discípula de Luzón Peña, y Alfredo Alpaca Pérez²³, discípulo de Díaz y García Conlledo. Y nos consta que había más ofertas y peticiones por su parte.

El esfuerzo de Wolter, respaldado por los demás responsables de la revista, es absolutamente encomiable y la doctrina penal española y también hispanoparlante debe estarle especialmente agradecida por tan generoso proyecto ya ampliamente desarrollado. Nosotros lo estamos profundamente.

La colaboración estrecha entre Alemania y España de la mano de Wolter no se acaba ahí ni mucho menos. Por citar dos ejemplos más de ella, cabe mencionar la estrecha relación fomentada por él de GA y algunas revistas españolas, especialmente InDret Penal y la tan cercana a nosotros Libertas, que el propio Wolter ha destacado²⁴, o la pertenencia de este como Socio de Honor de nuestra FICP y miembro del Consejo Internacional Científico y de Redacción de Libertas. Incluso Wolter y Díaz y García Conlledo comparten, con afortunada y llena de

19 WOLTER, Professor Dr. h.c. mult. Santiago Mir Puig (5.12.1947-6.5.2020). Wegbereiter einer partnerschaftlichen spanischen-deutschen Strafrechtswissenschaft, GA 2020/9, 513 ss.

20 SILVA SÁNCHEZ, Die Werke des jungen Mir Puig. Santiago Mir Puig in memoriam, GA 2020/9, 518 ss.

21 MARTÍNEZ CANTÓN, Das Recht auf antwaltlichen Beistand im Licht der Rechtsprechung des EuGH und des EGMR, GA 2021/9, 512 ss.

22 PÉREZ-SAUQUILLO MUÑOZ, Eine Theorie der kollektiven Rechtsgüter: Überlegungen anhand der öffentlichen Gesundheit, GA 2021/6, 328 ss.

23 ALPACA PÉREZ, Prävention und Vergeltung bei der rechtfertigung der staatlichen Strafe, GA 2021/10, 543 ss.

24 Así en GA 12017/12, 642; LH-Mir Puig: SILVA/QUERALT/CORCOY/CASTIÑEIRA (coords.), Estudios de Derecho penal. Homenaje al profesor Santiago Mir Puig, 2017, 428.

humor expresión del primero, en “coautoría” una discípula²⁵. Y tampoco falta su importante colaboración en obras españolas de especial relieve, por citar dos de las más recientes, en los libros en homenaje a dos penalistas españoles a los que se siente especialmente cercano, precisamente a aquellos a los que GA ha dedicado también números-homenaje especiales (Festgaben): Santiago Mir Puig²⁶ y Diego-Manuel Luzón Peña²⁷.

Para no alargarnos mucho más, daremos la palabra a Wolter expresando, en el fascículo de GA dedicado a Roxin en 2016, la satisfacción por la colaboración de la ciencia penal alemana e iberoamericana y su plasmación en GA y en otros hitos: “En conjunto todos estos avances – aquí referidos solo a modo de ejemplo y de modo notablemente reducido a América Latina, España y Portugal, al GA y a los participantes en el *Liber amicorum* – ofrecen un rico material documental para una ‘dogmática jurídico-penal de igual a igual’, que tuvo un origen en los simposios de Coimbra, Madrid y Barcelona 1991/1994, prosiguió en los tratados de PG (AT) de Roxin 1991-2006 (cfr. el prólogo de la 4ª edición de AT I) y encontró refuerzo también precisamente a través de las contribuciones (al GA) señaladas de Roxin, así como de las iniciativas de Schünemann, especialmente en el *Goldammer’s Archiv für Strafrecht*”²⁸; esa idea de una dogmática penal de igual a igual que ha reiterado, como sabemos, incluso en el título de su *laudatio* a Luzón Peña en GA 2020/4.

A ello se añade la muy especial y constante vinculación que desde hace muchas décadas une a nuestra escuela y a la mayoría de sus componentes, españoles e iberoamericanos, con la escuela científica alemana a la que pertenece nuestro homenajeado, encabezada por su maestro el Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Claus Roxin, con el cual o con varios de sus discípulos muchos de nuestros miembros han completado su formación o han colaborado en proyectos e iniciativas comunes, como, por citar una de las más conocidas internacionalmente, ha sido la traducción al español por algunos de nosotros bajo la dirección de Diego-

25 Se trata de SILVIA MARTÍNEZ CANTÓN, ya mencionada *supra* en n. 21.

26 WOLTER, Principio de legalidad e imperio de la ley: interpretaciones erróneas del Derecho constitucional a propósito de la aplicación alternativa de leyes (trad. RAGUÉS), en LH-Mir Puig, 2017, 417 ss.

27 WOLTER, La imputación objetiva objetiva en un sistema del delito de doble vía (trad. DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO/ALPACA PÉREZ), en LH-Luzón Peña: DE VICENTE REMESAL/DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO/PAREDES CASTAÑÓN/OLAIZOLA NOGALES/TRAPERO BARREALES/ROSO CAÑADILLAS/ LOMBANA VILLALBA (dirs.), Libro Homenaje al Profesor Diego-Manuel Luzón Peña con motivo de su 70.º aniversario, vol. I, 2020, 1173 ss.

28 GA2016/5, 235; Libertas 5 2016, 13 s.

-Manuel Luzón Peña de los dos tomos del impresionante tratado de Derecho Penal, Parte General, de Claus Roxin²⁹.

Comenzamos este trabajo, en el que hemos completado la introducción que escribimos para nuestro *Liber Amicorum* a él dedicado en 2018, diciendo que Jürgen Wolter es un excelente penalista y hemos dedicado la mayor parte de ella a destacar su incansable y valiosísima labor como valedor del diálogo entre la ciencia penal alemana y la de otros países, en especial los del ámbito iberoamericano. Desearíamos acercarnos a su conclusión señalando algo que es aún más importante que todo lo anterior y que nuestra experiencia y trato personal con él nos ha demostrado una y otra vez: Jürgen Wolter es una excelente persona.

Pero antes de concluir, queremos manifestar nuestra tristeza al ver que Jürgen Wolter ha tenido que dejar, en circunstancias penosas para él³⁰, la edición y dirección de GA. Nuestro agradecimiento y solidaridad con Jürgen Wolter son absolutos e inquebrantables. Por eso, queremos expresarle desde aquí, rindiéndole un nuevo y sentido homenaje, que sean cuales sean las circunstancias de su salida de GA, su magna obra en la revista queda grabada a fuego en la historia de esta y nada ni nadie podrá opacarla. Querido Jürgen, serás siempre ya pieza clave, artífice principal, de una época especialmente brillante de una revista excepcional para la ciencia penal alemana y mundial. Eso debe hacerte sentir tranquilo y orgulloso, mirar tu obra y experimentar felicidad por encima de cualquier otra circunstancia. Pocos pueden presumir de un mérito semejante en la historia del Derecho penal, ¡Gracias por habernos dejado ser una mínima parte de esa brillante historia en que tu nombre resplandecerá para siempre! Has sido, no solo, como decíamos en 2018, “un gran vínculo entre la ciencia penal alemana y española”, sino mucho más, difícilmente expresable con palabras, pero que resumiremos así: has sido pieza clave en la construcción de una ciencia penal de alto nivel más allá de los límites de un Estado y de un idioma, trascendiendo fronteras y lenguas, para elevarla al nivel de ciencia mundial (y, claro, global) del

29 ROXIN, Derecho Penal, Parte General, Madrid, Civitas y Thomson-Civitas, t. I, trad. de la 2.ª ed. y notas de LUZÓN PEÑA, DÍAZ Y GARCÍA CONLLEDO y DE VICENTE REMESAL, 1997; t. II, trad. y notas de LUZÓN, PAREDES, DÍAZ, DE VICENTE, GARCÍA MOSQUERA, TRAPERO, OLAIZOLA, ROSO, BARBER, JERICÓ, DURÁN, RODRÍGUEZ VÁZQUEZ, MARTÍNEZ CANTÓN, VEGA y ESCOBAR, 2014. Otra muestra pública de reconocimiento y homenaje por nuestra escuela al común maestro de WOLTER y nuestro es otro libro homenaje de 2018 a ROXIN con participación de todos los miembros de nuestra escuela que hemos traducido los dos tomos de su tratado y de su discípulo B. SCHÜNEMANN: LUZÓN PEÑA (dir.), Libro-Homenaje a Claus Roxin por su nombramiento como Dr. h.c. por la Univ. Inca Garcilaso de la Vega. (Por sus discípulos y traductores al español de su tratado Derecho Penal, Parte General, tomos I y II), Lima, UIGV/FICP, 2018.

30 V. solo la primera página de su artículo de despedida: WOLTER, GA 2021/12, 663.

Derecho penal. Creemos poderte decirte, en nombre de los penalistas de habla hispana y de los del ámbito iberoamericano, ¡muchas gracias y sigue impulsando, aunque ya no sea desde GA, ese proyecto magno en el que has creído y que has hecho realidad mejor que ningún otro! Y recibe una vez más nuestro sentido aprecio académico, agradecimiento y afecto personal.

Würdigung und Danksagung an Jürgen Wolter

Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Javier de Vicente Remesal**

Die direkte und persönliche Beziehung der deutschen mit der hispanischen Strafrechtswissenschaft (sowohl die spanische, auf die ich hier besonders eingehe, wie auch die lateinamerikanische) reicht viele Jahre zurück, als die Lehrer unserer Lehrer sich in dieses Land aufmachten, um ihre Forschungen zu vertiefen, nicht nur über die zahlreichen und wichtigen wissenschaftlichen Arbeiten, zu denen sie dort Zugang haben konnten, sondern auch durch den direkten wissenschaftlichen Kontakt mit ihren Autoren. Viele unter uns haben dort ihre Ausbildung vervollständigt und die Mehrzahl unserer Schüler beschreitet den gleichen Weg.

Jedoch war diese Beziehung im Allgemeinen kein wahrhaftiger wissenschaftlicher Dialog auf gleichberechtigter Basis. Für gewöhnlich blieb er auf Forschungsaufenthalte beschränkt, die fast immer uns Spanier nach Deutschland führten (mit der finanziellen Unterstützung großzügiger deutscher Stipendien, dies muss hier angemerkt werden) und so gut wie nie in umgekehrter Richtung.

Gleichermaßen stand es – und steht es noch immer, obschon in geringerem Ausmaß – um Veröffentlichungen, Übersetzungen und Einladungen zu wissenschaftlichen Veranstaltungen. Verglichen mit einem fehlenden Interesse seitens der deutschen Rechtslehre, die spanische kennenzulernen, noch dazu verstärkt durch die Unkenntnis unserer Sprache, war die spanische Rechtslehre immer schon offener und aufnahmebereiter. Unzählige wissenschaftliche Artikel aus Deutschland wurden und werden in übersetzter Fassung in unseren Fachzeitschriften veröffentlicht. Und ebenso sind die bedeutsamsten Lehrbücher und Abhandlungen übersetzt worden. Es erübrigt sich zu erwähnen, dass es sich in umgekehrter Richtung anders verhält.

Nun hat diese wissenschaftliche Beziehung aber in jüngerer Zeit einen Wandel erfahren. Und hierzu hat in hohem Maße Jürgen Wolter beigetragen,

* Übersetzt von André Hölzer (aus dem Spanischen).

** Ordentlicher Professor für Strafrecht an der Universität Vigo (Spanien); Präsident der Fundación Internacional de Ciencias Penales (<https://ficp.es>).

dem ich diese Zeilen nicht nur persönlich, sondern auch als Präsident der *Fundación Internacional de Ciencias Penales* (FICP, Internationale Stiftung für Strafrechtswissenschaften) widme, um ihm die verdiente Anerkennung zukommen zu lassen und ihm für all das, was er in diesem Sinne unternommen hat, meinen Dank auszusprechen, ganz besonders in seiner Tätigkeit als Herausgeber der renommierten Zeitschrift *Goldammer's Archiv für Strafrecht* (GA).

Seine Bekanntschaft habe ich im Jahre 1995 in Alcalá gemacht, anlässlich eines der von meinem lieben Mentor Diego-Manuel Luzón Peña und von Santiago Mir Puig organisierten deutsch-spanischen Kongresse. Liebenswürdigerweise hat er sich umgehend für meine Arbeit und meine Forschungsthemen interessiert und mir seine Hilfe angeboten, wo immer ich sie für nötig befand.

Die außerordentliche Arbeit, die Jürgen Wolter über 20 Jahre hinweg als Herausgeber der Zeitschrift GA geleistet hat, verdient ebenso außerordentliche Anerkennung. Aus diesem Grunde schließe ich mit großer Freude der Initiative an, ihm zusammen mit meinen lieben Kollegen unsere Wertschätzung seiner Großherzigkeit auszusprechen, ihm, der so viel für die Strafrechtswissenschaft getan und so sehr den gleichberechtigten wissenschaftlichen Dialog mit der deutschen Strafrechtslehre gefördert hat.

Uns ist es eine große Ehre, ihn zu unseren Ehrenmitgliedern der *Fundación Internacional de Ciencias Penales* zählen zu dürfen und ebenso, dass er Mitglied des internationalen wissenschaftlichen Beirates sowie der Redaktion unserer Zeitschrift *Libertas* ist. Seine fortdauernde Mitarbeit ist beachtlich, und ganz besonders wissen wir seinen Beitrag zur Erweiterung unseres Bücherbestandes zu schätzen, handelt es sich doch um Schenkungen, die er großzügig persönlich vorgenommen hat. Als Präsident der FICP möchte ich ihm für die seit langem andauernde und ununterbrochene Zusendung der Ausgaben der Zeitschrift GA wie auch des Systematischen Kommentars, sowohl zum StGB als auch zur StPO, danken. Wolters Initiative, ausgezeichnete ausländische Strafrechtler als ständige Mitarbeiter in den wissenschaftlichen Beirat von GA aufzunehmen (so etwa auf spanischer Seite Santiago Mir Puig – bis zu dessen Tod –, Luzón Peña, Silva Sánchez, Díaz y García Conlledo, Cancio Meliá und Robles Planas) war ein großer Erfolg, der der Tatsache Rechnung trägt, dass das hohe wissenschaftliche Niveau auf strafrechtlichem Gebiet nicht ausschließlich der deutschen Rechtslehre angehört, und gleichzeitig die Möglichkeit der Veröffentlichung wichtiger Beiträge der ausländischen Rechtslehre in dieser Zeitschrift erleichtert. Ein Meilenstein dieser konsequenten Öffnung für den wissenschaftlichen Dialog durch Walter stellt die Veröffentlichung der Ausgabe 12/2017 von *Goldammer's Archiv für Strafrecht*

zu Ehren von Santiago Mir Puig aus Anlass seines 70. Geburtstages dar, denn es war das erste Mal, dass die Zeitschrift einem nicht aus Deutschland kommenden Strafrechtler eine Sonderausgabe widmete. Der zweite (und sicherlich nicht der letzte, wie ich Wolter als Herausgeber der Zeitschrift kenne) Meilenstein ist die Ausgabe GA 4/2020, die, ebenfalls anlässlich des 70. Geburtstages, Diego-Manuel Luzón Peña gewidmet ist. Meinen eher persönlichen Dank möchte ich Wolter für die Möglichkeit aussprechen, an diesen Ausgaben mitgearbeitet und dadurch in einer der angesehensten Strafrechtszeitschriften der Welt veröffentlicht haben zu können: in GA 12/2017, mit meinem Beitrag "Die mutmaßliche Einwilligung und ihre besondere Bedeutung im Rahmen einer Operationserweiterung" und in GA 4/2020, mit dem Beitrag zu "Sonderfähigkeiten und objektive Sorgfaltspflichtverletzung".

Alles in allem muss die Tätigkeit Wolters nach Abschluss seiner Zeit als Herausgeber von GA als außergewöhnlich eingeschätzt werden und verdient allergrößte Anerkennung und Danksagung. Genauso, wie wir alle, die wir im Jahre 2018 an dem ihm gewidmeten Werk "Un puente de unión de la ciencia penal alemana e hispana: *Liber Amicorum* en homenaje al Prof. Dr. Jürgen Wolter por su 75 aniversario"¹ beteiligt gewesen sind, es getan haben.

1 (Anm. d. Übers.: Eine die deutsche und spanische Strafrechtswissenschaft einigende Brücke: *Liber amicorum* für Prof. Dr. Jürgen Wolter zum 75. Geburtstag).

Reconocimiento y agradecimiento a Jürgen Wolter

Prof. Dr. Dr. h.c. Javier de Vicente Remesal*

La relación directa y personal de la ciencia penal alemana con la hispana (tanto la española, a. la que aquí me refiero especialmente, como la iberoamericana) se remonta a muchos años atrás, cuando los maestros de nuestros maestros empezaron a desplazarse a ese país para profundizar en sus investigaciones, no sólo con los numerosos e importantes trabajos científicos de los que allí podían disponer, sino también mediante el diálogo científico directo con sus autores. Muchos de nosotros hemos completado allí nuestra formación y el mismo camino lo siguen la mayoría de nuestros discípulos.

Esa relación no solía constituir, sin embargo, un auténtico diálogo científico en pie de igualdad. Generalmente se limitaba a estancias de investigación, que prácticamente siempre (bien es cierto, que con un apoyo económico de generosas becas alemanas) eran de españoles que nos desplazábamos a Alemania, y casi nunca al revés.

Otro tanto sucedía – y aún sigue sucediendo, aunque en menor medida – con las publicaciones, traducciones y las invitaciones a participar en eventos científicos. Frente a la falta de interés por parte de la doctrina alemana en conocer la española, acentuada por un insuficiente de nuestra lengua, la doctrina española siempre ha sido mucho más abierta y receptiva. Son innumerables los artículos científicos alemanes que, previa traducción al español, se han publicado y publican en nuestras revistas. Y asimismo se han traducido sus manuales y tratados más relevantes. Obvia decir, que la contrapartida es muy distinta.

Pues bien, esa relación científica ha experimentado un cambio de un tiempo a esta parte. Y a ello ha contribuido en gran medida Jürgen Wolter, a quien, no sólo a título personal, sino también como presidente de la Fundación Internacional de Ciencias Penales (FICP), dedico estas líneas para reconocerle como se merece,

* Catedrático de Derecho Penal de la Universidad de Vigo (España). Presidente de la Fundación Internacional de Ciencias Penales (<https://ficap.es/>).

y agradecerle, lo muchísimo que ha hecho en este sentido, fundamentalmente como director de la prestigiosa revista *Goltdammer's Archiv für Strafrecht* (GA).

Le conocí en 1995, en Alcalá, con motivo de uno de los seminarios hispano-alemanes que organizaban mi querido maestro Diego-Manuel Luzón Peña y Santiago Mir Puig. Amablemente se interesó de inmediato por mi trabajo, por los temas en que estaba investigando, y me brindó su ayuda para lo que pudiera necesitar.

El extraordinario trabajo que durante veinte años ha realizado Wolter como director de la revista GA merece un reconocimiento igualmente extraordinario. Por eso me sumo con mucho gusto a la iniciativa de manifestarlo junto con otros queridos compañeros que le valoramos como persona generosa y que tanto ha hecho por la ciencia penal y por fomentar el diálogo científico, de igual a igual, con la doctrina penal alemana.

Nos honra contar con él como socio de honor de la Fundación Internacional de Ciencias Penales. E igualmente por ser Miembro del Consejo Internacional Científico y de Redacción de nuestra revista *Libertas*. Su constante colaboración es muy grande, y sus aportaciones para nuestros fondos bibliográficos las valoramos especialmente porque son donaciones que se deben a su generosidad personal. Como presidente la FICP quiero agradecerle el envío, desde hace mucho tiempo y de forma ininterrumpida, de los números de la revista GA, así como los del *Systematischer Kommentar*, tanto al StGB como a la StPO. La iniciativa de Wolter, de incorporar a insignes penalistas extranjeros como colaboradores permanentes del Consejo científico de la revista GA (así, entre los españoles, Santiago Mir Puig hasta su fallecimiento, Luzón Peña, Silva Sánchez, Díaz y García Conlledo, Cancio Meliá y Robles Planas) ha sido un gran acierto, que responde al reconocimiento de que el elevado nivel científico sobre Derecho penal no sólo lo tiene la doctrina alemana, a la vez que facilita la posibilidad de que la doctrina extranjera publique en esa revista importantes aportaciones. En esa decidida apertura, por parte de Wolter, al diálogo científico marca un hito la publicación del *Goltdammer's Archiv für Strafrecht*, en homenaje a Santiago Mir Puig por su 70º aniversario, GA 12/2017, pues era la primera vez que la revista dedicaba un número monográfico a un penalista no alemán. La segunda (y sin duda no la última, de haber podido seguir Wolter como director de la revista) es el GA 4/2020, dedicado, también por su 70º aniversario, a Diego-Manuel Luzón Peña. A título más personal, le debo a Wolter, y le agradezco, haber podido colaborar en esos números y con ello publicar en una de las revistas penales más prestigiosas del mundo. En GA 12/ 2017, con mi artículo "Die mutmassliche Einwilligung und ihre besondere

Bedeutung im Rahmen einer Operationserweiterung”, y en GA 4/2020, con el referido a “Sonderfähigkeiten und objektive Sorgfaltspflichtverletzung”.

En suma, la labor de Wolter, una vez concluida su etapa como director del GA, hay que calificarla de excepcional y merece el mayor reconocimiento y agradecimiento. Así la valorábamos también quienes en 2018 participamos en la obra, a él dedicada, “Un puente de unión de la ciencia penal alemana e hispana: *Liber Amicorum* en homenaje al Prof. Dr. Jürgen Wolter por su 75 aniversario”.

Abschied von der Utopie ... Bis bald, Jürgen Wolter!*

Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Jesús-María Silva Sánchez**

I

Um die "geistige Verfassung" der deutschen strafrechtlichen Akademie hat es im Verlauf ihrer zweihundertjährigen Geschichte schon besser gestanden. Die Meinungs-austausche der letzten Jahre über die Qualität von Doktorarbeiten oder über die Art und Weise, wie Rezensionen in wissenschaftlichen Zeitschriften geführt werden, sind trotz ihrer Heftigkeit und ihrer verheerenden Resultate sicherlich Nebenerscheinungen, die etwas Tiefgründigeres aufzeigen. Dieses tieferliegende Übel nennt sich Identitätskrise. In der Tat haben die deutschen Strafrechtsprofessoren noch nicht vollständig die durch Europäisierung und Globalisierung der akademischen Beziehungen ausgelöste Krise überwunden, und die Diskussion über die Wege zu ihrer Bewältigung ist im Gange. Manche sehen die Lösung in der Aufrechterhaltung der dogmatischen Tradition. Andere wiederum sind der Ansicht, dass man von dieser Tradition abgehen müsse, ja sogar, dass man von der deutschen Sprache absehen solle und sich Debatten über vergleichende Rechtslehre und ebenso übernationale Strafrechtsphilosophie – des Deliktes und der Strafe – auf Englisch stellen solle. Für die unter uns, die diese Auseinandersetzung aus der südländischen Perspektive heraus verfolgen, stellt sich die Konfrontation als dramatisch dar. Tatsächlich existiert auf dem Standpunkt, der die deutsche dogmatische Tradition verteidigt, das Bewusstsein über deren enormen Einfluss auf diejenigen, die Strafrecht in spanischer, portugiesischer oder italienischer Sprache pflegen. Folgerichtig setzt man hier auf die Vertiefung der Beziehung der deutschen Universitäten mit den unsrigen. Die Fürsprecher des zweiten Standpunktes andererseits streben lediglich nach dem Zugang zu angloamerikanischen Diskussionskreisen. Dort besteht eher eine Tendenz, die hundertjährige Beziehung Deutschlands mit der romanischen Welt

* Übersetzt von André Hölzer (aus dem Spanischen).

** Ordentlicher Professor für Strafrecht der Universität Pompeu Fabra (Barcelona).

geringzuschätzen. Mehr noch, sie wird sogar als eine "Kolonisierung" aufgefasst, die es zu bedauern gilt.

II

Es ist selbstverständlich angebracht zu erörtern, ob die Krise bei *Goldammer's Archiv* und Jürgen Wolters Austritt aus der Zeitschrift mit dieser Debatte im Zusammenhang stehen oder nicht. Gewiss haben technische und wirtschaftliche Fragen, auf die hier nicht näher einzugehen ist, ihren Einfluss gehabt. Dennoch ist ebenso gewiss, dass sein Austritt zeitlich mit besagter Debatte zusammenfällt; ebenso, dass Jürgen Wolter in seiner Tätigkeit als Herausgeber der Zeitschrift *Monat für Monat* eindeutig den ersteren der beiden genannten Standpunkte verkörpert hat. Im Rückblick erweist sich dies als eine Utopie. In der Tat hat sich Wolters Anliegen, eine deutsche wissenschaftliche Zeitschrift auf gleichberechtigter Basis mit einer ganzen Anzahl ständiger Mitarbeiter aus dem romanischen Sprachraum auszustatten, denen zudem noch redaktionelle Aufgaben übertragen wurden, nicht durchsetzen können.

Die letzten Jahrzehnte von *Goldammer's Archiv* waren selbstverständlich Wirklichkeit. Doch ist es meine Befürchtung, dass sie ebenso sehr als eine Selbsttäuschung des Willens der deutschen Akademie angesehen werden können. Diese hat sicherlich niemals den echten Willen gehabt, eine gleichberechtigte wissenschaftliche Gemeinschaft mit dem romanischen Sprachraum zu schaffen. Ein althergebrachter Nationalismus – oder Provinzialismus – und eine modernere Anglophilie stehen dem im Wege. Indessen vermindert diese Betrachtung in keinsten Weise das Verdienst von Jürgen Wolters Werk. Ganz im Gegenteil, sie vermehrt nur sein Verdienst, zeigt sie ihn doch in einem wahrhaftig heldenhaften Alleinsein, gleich einem Herkules, der sich hinter einer verletzlichen äußeren Erscheinung verbirgt. Gewiss fehlt uns noch der Ausblick, um die vollständige Tragweite seines Vorgehens einschätzen zu können. Trotzdem glaube ich, dass die Geschichte der Strafrechtswissenschaft ihm einen Ehrenplatz vorgesehen hat.

III

Auf diesen letzten Punkt möchte ich Bezug nehmen, denn Wolter hat einen Ehrensitz in der Strafrechtswissenschaft auch ohne diese Großzügigkeit als Herausgeber verdient. Schon sein Werk zur Dogmatik des Strafrechts und des Strafprozessrechts verleihen ihm diesen zentralen Standort. Über sein Gesamtwerk hinaus, das allein schon durch seine Breite und Tiefgründigkeit beeindruckt, verdanken wir Jürgen Wolter zwei grundlegende Beiträge. Zum einen die

Eingliederung der Verhaltensnormtheorie und das teleologische Straftatsystem, enthalten in seinem Werk "Objektive und personale Zurechnung von Verhalten, Gefahr und Verletzung in einem funktionalen Straftatsystem" (1981). Zum anderen den Vorschlag der Schaffung eines interdisziplinären Rahmens des Strafrechts, sicherlich bescheidener als der Vorschlag einer gesamten Strafrechtswissenschaft eines von Liszt, aber wirklichkeitsnäher und von daher eher ausführbar. Gemeint ist hier selbstverständlich die Konfiguration eines "gesamten Strafrechtssystems"¹, in Form eines Programms der dogmatischen Zusammenarbeit von rein rechtlichen Disziplinen. Wie bekannt ist, beabsichtigt dieser Vorschlag, das systematische Studium des Strafrechts – insbesondere die Institutionen der Straftattheorie – mit dem Strafprozessrecht, dem Strafzumessungsrecht und dem Verfassungsrecht zu fördern.

Jürgen Wolter habe ich über die Lektüre seines Werkes kennengelernt, noch bevor ich in den Kreis der ständigen Mitarbeiter von Goldammer's Archiv aufgenommen wurde. Jetzt nun, wo ich ihm für die langjährige Herausgeberschaft der Zeitschrift danke, möchte ich ihm auch meinen Dank für seine wissenschaftliche Arbeit aussprechen, in der Hoffnung, dass wir Gelegenheit finden, uns wiederzusehen und sein Werk erörtern zu können.

Vielen Dank, lieber Herr Wolter, für Ihre Herausgeberschaft sowie für Ihr Werk!

1 WOLTER/FREUND (Hrsg.), *Straftat, Strafzumessung und Strafprozess im gesamten Strafrechtssystem*, C.F. Müller, 1996 (spanische Ausgabe: *El sistema integral del Derecho penal. Delito, determinación de la pena y proceso penal*, 2004).

Adiós a la utopía... Hasta pronto, Jürgen Wolter

Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Jesús-María Silva Sánchez*

I

La “situación espiritual” de la academia jurídico-penal alemana no es la mejor de su bicentenario historia. Ciertamente, los debates de los últimos años sobre la calidad de las tesis doctorales o sobre el modo de llevar a cabo las recensiones en las revistas científicas son, pese a su virulencia y sus efectos devastadores, meras anécdotas que revelan algo más profundo. Ese mal profundo se llama crisis de identidad. En efecto, los profesores alemanes de Derecho penal no han superado todavía la crisis generada por la europeización y la globalización de las relaciones académicas y discuten sobre el modo de afrontarla. Para algunos, la fórmula consiste en mantener la tradición dogmática. Para otros, en cambio, es preciso abandonar esa tradición, incluso abandonar la lengua alemana, y afrontar debates en inglés sobre legislación comparada, así como sobre filosofía transnacional del Derecho penal – del delito y de la pena –. Para quienes observamos esa confrontación desde el mundo latino, el enfrentamiento es dramático. En efecto, la posición que defiende la tradición dogmática alemana es consciente de la enorme influencia que esta ha tenido sobre quienes cultivan el Derecho penal en lengua española, portuguesa o italiana. Coherentemente, apuesta por la profundización de la relación de las universidades alemanas con las de nuestro mundo. Los portavoces de la segunda posición, en cambio, sólo aspiran a acceder a los circuitos de discusión angloamericanos. Tienden a menospreciar la relación centenaria de Alemania con el mundo latino. Es más, incluso la consideran una “colonización” que habría que lamentar.

II

Naturalmente, cabe discutir si la crisis del *Goldammer's Archiv* y la salida de Jürgen Wolter de la revista tienen que ver con ese debate o no. Está claro

* Catedrático de Derecho penal. Universidad Pompeu Fabra (Barcelona).

que han influido cuestiones técnicas y económicas, en las que ahora no procede entrar. Sin embargo, lo que también está claro es que su salida ha coincidido en el tiempo con aquel debate; y que mes a mes, en su actividad de editor de la revista, Jürgen Wolter personificaba de modo claro la primera de las posiciones esbozadas. Mirando hacia atrás, esto se ha revelado una utopía. En efecto, la pretensión de Wolter de que una revista científica alemana contara, en pie de igualdad, con un grupo de colaboradores permanentes del mundo latino, a los que además se les encomendaban realmente funciones editoriales, no ha logrado prosperar.

Las últimas décadas del *Goltdammer's Archiv* han sido ciertamente reales. Pero me temo que también pueden verse como un espejismo de la voluntad de la academia alemana. Esta, seguramente, no tuvo nunca la voluntad real de formar una comunidad científica igualitaria con el mundo latino. El nacionalismo – o el provincianismo – de siempre y la nueva anglofilia se lo impiden. Sin embargo, esta consideración pesimista no empequeñece la obra de Jürgen Wolter. Por el contrario, la engrandece, pues le muestra en la auténtica soledad del héroe, como un Hércules oculto tras esa apariencia física frágil. Ciertamente, nos falta perspectiva para juzgar la plena trascendencia de su gesto. Sin embargo, creo que la historia de la ciencia del Derecho penal le tiene reservado por ello un lugar privilegiado.

III

A esto último quería referirme, porque Wolter no necesitaba esa generosidad como editor para ocupar un sitial privilegiado en la ciencia del Derecho penal. Su obra de dogmática de la teoría del delito y de dogmática de la teoría del proceso penal le sitúan ya en ese lugar central. Más allá del conjunto de su obra, que impresiona por su extensión y profundidad, a Jürgen Wolter le debemos dos aportaciones fundamentales. Por un lado, la integración de la teoría de las normas de conducta y el sistema teleológico del delito, contenida en su obra *Objektive und personale Zurechnung von Verhalten, Gefahr und Verletzung in einem funktionalen Straftatsystem* (1981). Por el otro, una propuesta de encuadramiento interdisciplinario del Derecho penal, ciertamente más modesta que la ciencia total de von Liszt, pero más realista y, por ello, más factible. Me refiero, claro está, a la configuración de un “sistema integral del Derecho penal”¹, como programa

1 Wolter/Freund (eds.), El sistema integral del Derecho penal. Delito, determinación de la pena y proceso penal, 2004.

de colaboración dogmática entre disciplinas estrictamente jurídicas. Como es sabido, la propuesta pretende promover el estudio sistemático del Derecho penal – en particular, de las instituciones de la teoría del delito – con el Derecho procesal penal, el Derecho de la individualización de la pena y el Derecho constitucional.

Conocí a Jürgen Wolter antes de entrar en el círculo de los *ständige Mitarbeiter* del *Goldammer's* leyendo su obra. Ahora, al agradecerle sus largos años de editor de la revista, quiero agradecerle también su obra, confiando en que tengamos la oportunidad de un reencuentro debatiendo sobre ella. *Vielen Dank, lieber Herr Wolter, für Ihre Herausgeberschaft sowie für Ihr Werk!*

Worte an Jürgen*

Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Ricardo Robles Planas**

Warum hat Jürgen Wolter seiner Tätigkeit als Herausgeber von *Goldammer's Archiv für Strafrecht* so viele Jahre seines Lebens und Anstrengungen gewidmet? Diese Frage sprach Wilfried Küper während seines Vortrages anlässlich der öffentlichen Überreichung der Festgabe an seinen engen Freund Jürgen Wolter 2013 in Karlsruhe aus. Mir war das Glück beschieden, bei dieser Gelegenheit anwesend zu sein, so dass ich die von Küper selbst gegebene Antwort hören konnte: aus Liebe zu seinem Fach. Mich hat dies derart tief beeindruckt, dass ich des Öfteren – um nicht zu sagen, zu oft – hierin Zuflucht suche: wann immer ich an die aktuelle dramatische Sachlage der Universitäten und des Strafrechts denke, man kann nur unter Anwendung der Formel Wolter überleben – tun, woran man aus Überzeugung glaubt, auf die bestmögliche Weise und ohne irgendetwas als Gegenleistung zu erwarten. Möge dies auch jenen, die ihre Bewegungen kalkulieren und kurzfristig investieren, reine Fantasterei erscheinen. Jene scheiden womöglich aus dem Leben, ohne jemals gelernt zu haben, was es bedeutet zu scheitern, werden jedoch genauso wenig irgend etwas Außergewöhnliches erlebt haben. Und außergewöhnlich war Wolters Tätigkeit, der allen Widrigkeiten zum Trotz das Banner einer herausragenden, universellen Strafrechtswissenschaft – in Deutschland und in den romanischen/iberoamerikanischen Ländern – aufrechterhielt. Gewiss, der Weg ist noch wenig abgesteckt und muss noch oft abgeschritten werden, damit er sich nicht verliert. Doch schaut man sich um, wird man immer den großartigen Jürgen Wolter erblicken, wie er sich aufrafft weiterzumachen, andere bei der Hand nimmt und dies aus Liebe zu unserem Fach tut.

* Übersetzt von André Hölzer (aus dem Spanischen).

** Ordentlicher Professor für Strafrecht an der Universidade Pompeu Fabra (Barcelona).

Palabras para Jürgen

Prof. Dr. Dr. h.c. mult. Ricardo Robles Planas*

¿Por qué Jürgen Wolter ha dedicado tantos años y esfuerzos de su vida a la labor de editor en el *Goldammer's Archiv für Strafrecht*? Esto es lo que se preguntó en voz alta Wilfried Küper en su intervención durante el acto de entrega del libro homenaje a su gran amigo Jürgen Wolter en Karlsruhe en el año 2013. Por suerte estuve allí presente para oír la respuesta que el propio Küper ofreció: por amor a su disciplina. Me impresionó tanto que muchas veces, demasiadas, me cobijo ahí: cuando pienso que en la dramática situación actual de la universidad y de la ciencia penal solo se puede sobrevivir aplicando la fórmula Wolter: hacer lo que uno cree por convicción, lo mejor posible y sin esperar nada a cambio. Aunque ello resulte quijotesco para muchos que calculan sus movimientos e invierten a corto. Estos, probablemente, se irán a la tumba sin saber lo que es el fracaso, pero tampoco habrán experimentado nada épico. Y épico ha sido el trabajo de Wolter sosteniendo, contra viento y marea, el estandarte de una ciencia penal universal de excelencia, alemana y latina. Cierto que el camino solo está débilmente trazado y hay que pisarlo muchas veces más para que no se borre. Pero al girar la vista siempre veremos al gran Wolter animándonos a avanzar, a llevar de la mano a otros y a hacerlo por amor a nuestra disciplina.

* Catedrático de Derecho Penal, Universidad Pompeu Fabra (Barcelona).

Der "Geist" von Goltdammer's Archiv für Strafrecht

Professor Dr. Mark A. Zöller*

20 Jahre lang, von 2002 bis 2021, hat Jürgen Wolter die Geschicke bei Goltdammer's Archiv für Strafrecht gelenkt. Mit dem Jahresende 2021 endete somit auch eine Ära. Wer enger mit GA verbunden war, dem ist eines völlig klar: Das Archiv unter der Ägide von Jürgen Wolter war stets mehr als nur irgendeine juristische Zeitschrift oder ein beliebiges Verlagsprodukt. Es war immer auch Ausdruck einer bestimmten wissenschaftlichen Geisteshaltung und Tradition.

Der Zufall wollte es so, dass ich die "Ära Wolter" von Anfang bis Ende aus einem Zuschauerplatz in der ersten oder zweiten Reihe miterleben durfte. Anfang des Jahres 1999 begann ich nach meinem ersten juristischen Staatsexamen meine Promotion und Tätigkeit als wissenschaftlicher Mitarbeiter an Jürgen Wolters Mannheimer Lehrstuhl. Dort konnte ich die Vorbereitungen für die – sehr harmonische, kollegiale und freundschaftliche – Stabübergabe bei Redaktion und Schriftleitung von GA an Jürgen Wolter durch Paul-Günter Pötz hautnah miterleben. Letzterer hatte die Geschicke der Zeitschrift immerhin ganze 30 Jahre in seinen Händen gehalten. Für uns Mitarbeiter am Lehrstuhl Wolter wurde Goltdammer's Archiv für Strafrecht danach zu einer Art konstantem "Hintergrundrauschen". Von Anfang an lag die Arbeit hieran nahezu ausschließlich in den Händen von Jürgen Wolter, der dabei tatkräftig von Wilfried Küper unterstützt wurde. Da die redaktionelle Arbeit im Wesentlichen am heimischen Schreibtisch in Karlsruhe-Durlach entstand, merkte man von der Herausgabe der ältesten deutschen Strafrechtszeitschrift im allgemeinen Mannheimer Lehrstuhlbetrieb nur wenig. Für Insider gab es zwar gewisse Anzeichen, etwa gelegentliche Anrufe von Wilfried Küper oder einmal pro Monat ein gewisses Maß an Hektik, wenn die korrigierten Druckfahnen des kommenden Heftes – in typisch Wolter'scher Manier auf den letzten Drücker – zum Verlag gebracht werden mussten. Das war es dann aber auch schon.

* Uni-München.

Nach meiner Assistentenzeit und meinem ersten Ruf wurde ich dann im Jahr 2009 in den erlauchten Kreis der ständigen Mitarbeiter von GA aufgenommen und blieb so der Zeitschrift in anderer Form weiterhin verbunden, einerseits durch eigene Beiträge und Buchrezensionen, andererseits aber durch den fachlichen Austausch mit Jürgen Wolter aus Anlass einzelner Manuskriptangebote, bei denen er ab und zu meinen Rat für eine Annahmeentscheidung einholte. Manchmal haben wir aber auch aus Anlass eines aktuell erschienenen Heftes über einzelne Beiträge, ihren Sinn und ihre Berechtigung für den wissenschaftlichen Diskurs diskutiert. Ich habe dabei viel über die Strafrechtsszene und ihre Protagonisten und Hintergründe gelernt. Als dann im Sommer 2021 klar wurde, dass Jürgen Wolter von Verlagsseite entgegen allen vorherigen Absprachen und Planungen aus allen aktiven Funktionen bei GA herausgedrängt werden sollte, war auch für mich klar, dass die Übernahme von Verantwortung für diese Zeitschrift durch mich nicht mehr in Betracht kam. Herausgeberschaft, Schriftleitung oder auch nur eine ständige Mitarbeit an einem Projekt zu übernehmen, das über zwei Jahrzehnte so stark von meinem Freund und Mentor Jürgen Wolter geprägt worden war, ohne diese Traditionen mit ihm zumindest für eine Übergangsphase fortführen zu können, erschien mir nicht nur undenkbar, sondern geradezu pietätlos. Aber worin besteht nun genau dieser "Geist" von Goltdammer's Archiv für Strafrecht, den diese Zeitschrift 20 Jahre lang geatmet hat?

GA mit Jürgen Wolter bedeutete *ein Höchstmaß an Qualität*. Das gilt zunächst in formaler Hinsicht. Ich kenne niemanden, der Manuskripte mit einer solchen Akribie und einem solchen Blick für Details redigiert. Auch die kleinste Kleinigkeit, etwa, dass ein Begriff zahlreiche Seiten zuvor noch geringfügig anders abgekürzt worden ist, fällt ihm sofort ins Auge. Im Ergebnis entwickelte sich GA unter seiner Aufsicht zu einer Zeitschrift, die faktisch frei von Schreib-, Tipp – und Satzfehlern war. Diese Qualitätsmaßstäbe galten erst recht für den Inhalt der Beiträge. Schon von seinem akademischen Lehrer Hans-Joachim Rudolphi hatte er das Motto übernommen "Qualität setzt sich durch!". Und so ging Jürgen Wolter auch bei der Entscheidung über die Annahme von Manuskripten vor. Natürlich gab es auch bei GA – wie bei jeder Fachzeitschrift ohne echtes blind peer-review – immer Manuskripte, die man mit Blick auf das Renommée des Autors von vornherein nicht ablehnen konnte (und regelmäßig auch nicht musste, weil sie ihrem Ruf gerecht wurden). Ungeachtet dessen stand stets die Qualität im Vordergrund. Während Paul-Günter Pötz noch einen wesentlichen Zweck des Archivs in der Förderung vielversprechender Privatdozentinnen und Privatdozenten gesehen hatte, spielte der Ausbildungsstand von GA-Autoren für Jürgen Wolter allenfalls eine untergeordnete Rolle. Ob ein solches Manuskript

publikationswürdig war (oder auch nicht), wusste er regelmäßig schon nach der Lektüre der ersten beiden Seiten. Name und berufliche Stellung des Verfassers war dabei zweitrangig.

GA mit Jürgen Wolter bedeutete aber auch *stete und aktive Manuskriptakquise*. Auf Veranstaltungen wie die Strafrechtslehretagung ging er schon seit vielen Jahren nicht in erster Linie wegen der Vorträge, sondern wegen der aus Schriftleitersicht viel wichtigeren Tagungspausen. Regelmäßig hatte er eine klare Liste von Personen im Kopf, wen er hier treffen wollte (und wen nicht), um mit ihnen einen Beitrag für GA fest zu vereinbaren. Man wurde also als potenzieller GA-Autor gezielt "gewoltert". Dabei leitete ihn die tief verwurzelte Überzeugung, dass die besten Manuskripte nicht die unverlangt eingereichten, sondern die gezielt angeworbenen Beiträge waren. Seine Manuskriptakquise verband er stets mit einem unnachahmlichen Charme, der auch den hartnäckigsten Widerstand von zeitlich eigentlich völlig ausgelasteten Autoren zu überwinden vermochte. Spätestens nach dem Gespräch mit ihm war man auch selbst davon überzeugt, dass niemand außer einem selbst überhaupt in der Lage wäre, einen solchen Aufsatz zu verfassen.

Überhaupt bedeutete GA mit Jürgen Wolter immer *Höflichkeit im Umgang miteinander*. Auch wenn ihm als Schriftleiter gelegentlich haarsträubend schlechte Manuskripte angeboten wurden, so verlor er doch in bester asiatischer Manier nie das Gesicht. Niemals wäre er bei der Formulierung einer Absage beleidigt oder beleidigend aufgetreten. Solche Dinge behandelte er stets höflich und ganz subtil. Der Autor oder die Autorin erhielt dann häufig einen taktvollen Brief oder eine E-Mail mit dem Inhalt, dass er, Jürgen Wolter, den eingereichten Beitrag mit großem Interesse gelesen habe (was meist stimmte), GA aber bedauerlicherweise für die nächsten ein bis anderthalb Jahre bereits fest verplant sei (was meist ebenfalls stimmte) und der Empfänger oder die Empfängerin dieser Nachricht mit einer Publikation sicher nicht so lange warten wolle (was spätestens mit dieser Antwort dort häufig Zustimmung fand). Die weitere Information, dass ein Schriftleiter natürlich auch bei gut ausgebuchten Fachzeitschriften die Möglichkeit hat, Beiträge noch "einzuschieben", wenn sie denn gut und gewollt sind, wurde dann taktisch geschickt unterschlagen. Entsprechend verfuhr Jürgen Wolter dann auch mit "unangenehmen" Publikationsanfragen, die ebenfalls zum Alltag einer jeden juristischen Fachzeitschrift gehören. Nur beispielhaft seien hier etwa wütende Repliken auf als unangemessen empfundene Rezensionen und Zitate oder Verrisse von Qualifikationsarbeiten in Gestalt von Rezensionen oder Besprechungsaufsätzen genannt, die zwar häufig von verständlichem Ärger motiviert sind, aber im Falle ihrer tatsächlichen Publikation nur noch mehr Öl

ins Feuer gießen und manchmal sogar wissenschaftliche Karrieren zerstören oder zumindest beschädigen können. Solche Texte wimmelte Jürgen Wolter völlig zu Recht auf seine unnachahmliche Art und Weise ab, weil er mit seiner langjährigen Erfahrung ihre Sprengkraft früh genug erkannte.

GA mit Jürgen Wolter bedeutet zudem die *Förderung einer umfassenden, interdisziplinären und vor allem internationalen Strafrechtswissenschaft*. So wurden unter seiner Ägide nicht nur verfassungs- und polizeirechtliche Themenstellungen mit einbezogen. Vielmehr publizierte er auch wissenschaftlich erarbeitete (alternative) Gesetzentwürfe, Berichte zu wichtigen Tagungsveranstaltungen und organisierte oftmals ganze Themenhefte hierzu, etwa zur Strafrechtslehretagung oder zum Deutschen Juristentag. Berichte aus der Praxis wurden – für eine Archivzeitschrift durchaus nicht selbstverständlich – ebenso berücksichtigt wie Beiträge über Literatur und Recht. Vor allem aber lag ihm der Gedankenaustausch mit der internationalen Strafrechtswelt, insbesondere der spanischen, portugiesischen, Italienischen und südamerikanischen Strafrechtswissenschaft besonders am Herzen. Dafür musste er sich aus dem deutschsprachigen Raum und auch aus den Reihen seiner Mitherausgeber durchaus Kritik anhören, die ihn aber glücklicherweise nie von seinem Konzept abweichen ließ. Auch die internationale Zusammensetzung des Kreises an ständigen Mitarbeitern zeugte davon, dass Jürgen Wolter die am deutschen Strafrechtssystem orientierte, ausländische Strafrechtswissenschaft während seiner Zeit als Herausgeber und Schriftleiter von GA als wichtigen Teil einer einheitlichen Wissenschaftsfamilie verstand. Dass man gerade in Grundsatzfragen des Straf- und Strafprozessrechts durch fundierte Rechtsvergleichung nicht nur voneinander lernen kann, sondern geradezu muss, war für ihn eine Selbstverständlichkeit. Nicht nur renommierte Professoren, sondern auch zahlreiche Nachwuchswissenschaftler verdanken Jürgen Wolter ihre erste „große“ Publikation in deutscher Sprache. Insofern kann man sich bis heute des Eindrucks nicht verwehren, dass seine Popularität außerhalb Deutschlands diejenige innerhalb Deutschlands noch deutlich übertraf.

Und das führt mich zum letzten Punkt, der erwähnt werden soll: GA mit Jürgen Wolter war – auch wenn es für Außenstehende kitschig klingen mag – immer auch ein Stück weit *Familie*. Damit ist keinesfalls ein auch in der Deutschen Strafrechtswissenschaft gelegentlich anzutreffendes „Schulendenken“ gemeint, dass dazu führt, dass man sich Rufe und sonstige Vorteile gegenseitig zuschanzt. Auch wenn ein nicht geringer Prozentsatz der Beiträge aus den Reihen der ständigen Mitarbeiter stammte, stand die „GA-Familie“ doch jedem offen, der sich mit einem spannenden Thema, eigenständigen Gedanken und einem ordentlich redigierten Manuskript um die Veröffentlichung bemühte. Aus meiner

Sicht zeichnete sich die "GA-Familie" – trotz aller Verschiedenheit und harter Diskussion in der Sache – durch einen Grundstock an gemeinsamen Werten aus: freiheitliche und rechtsstaatliche Überzeugungen, der Vorzug von grundlegenden dogmatischen Prinzipien vor tagesaktuellen rechtspolitischen Forderungen nach im wahrsten Sinne des Wortes "billigen" law & order-Lösungen aus der und für die Praxis und ein internationales und interdisziplinäres Gesamtverständnis von Strafrechtswissenschaft.

Vermutlich neigt man dazu, in der Respektive das ein oder andere zu überhöhen. Aber selbst wenn man einen gewissen Prozentsatz an Nostalgie und Schönfärberei abzieht, bleibt doch eine Erkenntnis klar bestehen: es war mir eine Ehre und Freude, 20 Jahre lang Teil der GA-Familie zu sein, in dessen Zentrum für viele von uns auch nach seinem Ausscheiden als Herausgeber und Schriftleiter immer mein lieber Freund Jürgen Wolter stehen wird.

O “espírito” de *Goldammer’s Archiv für Strafrecht**

Prof. Dr. Mark A. Zöller**

Durante vinte anos, desde 2002 até 2021, Jürgen Wolter conduziu os destinos de *Goldammer’s Archiv für Strafrecht*. Assim, com o fim do ano 2021 também chegou ao fim uma época. Para quem tinha uma ligação mais estreita com GA, uma coisa fica absolutamente clara: GA sob a égide de Jürgen Wolter foi sempre mais do que uma mera revista jurídica ou um qualquer produto editorial. Foi sempre expressão de um determinado estado de espírito e tradição científica.

Quis o acaso que me fosse possível acompanhar a “Era Wolter” do princípio até ao fim, desde o lugar de espectador em primeira ou segunda fila. No início de 1999, tendo concluído o meu primeiro exame final da licenciatura em Direito, comecei o meu doutoramento e também a minha atividade como assistente na Cátedra de Jürgen Wolter em Mannheim. Aí pude testemunhar de perto os preparativos da passagem de testemunho na redação e edição do GA, por sinal muito harmoniosa, colegial e amigável, de Paul-Günter Pötz para Jürgen Wolter. Afinal de contas, Paul-Günter Pötz conduzira os destinos da revista durante nada mais nada menos de 30 anos. Para nós assistentes na Cátedra de Jürgen Wolter, o *Goldammer’s Archiv für Strafrecht* acabara tornando-se uma espécie de “ruído de fundo” constante. Desde o início, o trabalho relacionado com a revista ficara quase exclusivamente nas mãos de Jürgen Wolter, que pôde contar com o apoio ativo de Wilfried Küper. Uma vez que o trabalho editorial era feito essencialmente na secretária de casa em Karlsruhe-Durlach, no dia a dia da Cátedra em Mannheim pouco se notava da edição da mais antiga revista alemã de Direito Penal. Com efeito, havia determinados indícios para os *insiders*, como telefonemas ocasionais de Wilfried Küper ou, uma vez por mês, uma certa agitação que se verificava sempre que as provas tipográficas corrigidas do próximo número da revista tivessem de ser entregues à editora – o que era feito, no típico estilo de Wolter, em cima da hora. Mas nada mais do que isso.

* Tradução André Hölzer (do alemão).

** Uni-München.

Passado o meu tempo de assistente e depois da minha primeira nomeação como Professor, acabei por ser admitido, em 2009, no ilustre círculo dos colaboradores permanentes de GA, mantendo assim – ainda que de forma diferente – a ligação à revista, ora através de contributos próprios ou recensões, ora através da troca científica com Jürgen Wolter, por ocasião da receção de diversas propostas de manuscritos, que de vez em quando ia pedindo o meu aconselhamento quanto à decisão de aceitação. Por vezes, na sequência da publicação de um número da revista, discutíamos também diferentes artigos, o seu sentido e pertinência para o discurso científico. Com isto aprendi muito sobre o mundo do Direito Penal e os seus protagonistas e respetivos contextos. Quando ficou evidente, no verão do ano 2021, que Jürgen Wolter seria afastado, da parte da editora e contra todos os acordos e planos anteriores, de todas as funções ativas do GA, ficou também claro para mim que já não poderia assumir responsabilidades perante a revista. Assumir a edição, redação ou mesmo uma colaboração permanente num projeto que, ao longo de duas décadas, ficara marcado tão profundamente pelo meu amigo e mentor Jürgen Wolter, sem que essa tradição pudesse ter uma continuidade ao menos durante uma fase transitória com ele, não só me pareceu impensável como francamente impiedoso. Mas, em quê exatamente consiste este “espírito” do *Goldammer’s Archiv für Strafrecht* que esta revista respirava durante vinte anos?

GA com Jürgen Wolter representava o *mais alto grau de qualidade*. Isso aplica-se, num primeiro plano, do ponto de vista formal. Não conheço ninguém que redija manuscritos com tanta acribia e atenção aos detalhes. Até mesmo a mais pequena minúcia, por exemplo haver um termo que, algumas páginas atrás, foi abreviado de forma ligeiramente diferente, salta-lhe imediatamente aos olhos. Sob a sua direção, GA tornou-se efetivamente uma revista isenta de quaisquer gralhas e erros de digitação e impressão. Tais critérios de qualidade aplicavam-se tanto mais ao conteúdo dos artigos. Adotara já do seu professor académico Hans-Joachim Rudolphi o lema “A qualidade prevalecerá!”. E era assim Jürgen Wolter procedia na hora da decisão de aceitação dos manuscritos. Decerto, em GA, como em qualquer revista científica sem verdadeira revisão do tipo *blind peer-review*, sempre havia manuscritos que, atendendo ao renome do autor, não podiam nunca ser rejeitados de antemão (e, por regra, nem tinham de ser rejeitados, visto terem feito jus ao renome). Não obstante, privilegiava-se sempre a qualidade. Enquanto Paul-Günter Pötz considerava como um objetivo importante de GA a promoção de jovens professores prometedores, o grau de formação dos autores desempenhava, na visão de Jürgen Wolter, quando muito um papel secundário. Por regra, sabia logo depois de ler as primeiras duas páginas se determinado

manuscrito era (ou não) digno de publicação. O nome ou a posição profissional do autor eram nisso secundários.

Mas GA com Jürgen Wolter significava também a *angariação de manuscritos constante e ativa*. Havia muitos anos assistia a eventos, como as Jornadas dos Penalistas Alemães, não tanto por causa das comunicações, mas antes para aproveitar os intervalos das conferências, muito mais importantes do ponto de vista do editor. Regularmente tinha em mente uma lista definida de pessoas que aí pretendia encontrar (e quem não), a fim de acordar com elas um artigo para GA. Com efeito, os potenciais autores de GA eram seletivamente abordados. Guiava-lhe nisso a convicção profunda de que os melhores manuscritos não eram os que fossem submetidos de forma espontânea, mas antes os que resultaram das campanhas direcionadas. A sua angariação de manuscritos era sempre acompanhada de um charme inimitável capaz de superar a resistência mais tenaz por parte de autores que, na verdade, não tinham tempo disponível. O mais tardar depois de uma conversa com ele, qualquer pessoa ficava mesmo convencida de que não havia mais ninguém capaz de escrever tal artigo a não ser a própria.

Aliás, GA com Jürgen Wolter foi sempre sinónimo de *cortesia no trato com os outros*. Mesmo quando ocasionalmente lhe fizeram chegar, na sua qualidade de editor, manuscritos de uma qualidade horripilante, jamais deu parte de fraco, à boa maneira asiática. Nunca ficaria ofendido nem se mostraria ofensivo na hora de formular uma rejeição. Tais assuntos eram sempre tratados com cortesia e muito subtilidade. Muitas vezes, o/a autor/a receberia então uma carta ou um e-mail delicado, dizendo que ele, Jürgen Wolter, teria lido com grande interesse o manuscrito submetido (o que normalmente era verdade), mas que lamentavelmente a programação de GA já se encontrava fechada para o próximo ano, ano e meio (o que igualmente era verdade na maior parte das vezes) e que o/a destinatário/a desta mensagem certamente não queria esperar tanto tempo pela publicação (o que, chegado aqui, amiúde passava a merecer o acordo do/a destinatário/a). Nestes casos, omitia-se habilmente a informação adicional de que o editor, mesmo numa revista científica com programação praticamente esgotada, tem evidentemente capacidade para interpor um artigo, contanto que seja de boa qualidade e que a sua publicação seja realmente pretendida. De modo semelhante, Wolter procedia com pedidos de publicação “desagradáveis”, que igualmente fazem parte do dia a dia de qualquer revista de especialidade. Refira-se, apenas a título de exemplo, réplicas enraivecidas a recensões e citações tidas como inadequadas ou críticas acerbas a trabalhos académicos sob a forma de recensões ou ensaios, que frequentemente eram motivados por uma irritação compreensível, mas que em caso de publicação só deitariam achas na fogueira

e, por vezes, poderiam destruir ou, no mínimo, prejudicar carreiras científicas. Jürgen Wolter livrava-se de desses textos com toda a razão no seu estilo inimitável, porque a sua experiência de muitos anos permitia-lhe antecipar o poder explosivo que continham.

Para além disso, GA com Jürgen Wolter significa a *promoção de uma ciência penal abrangente, interdisciplinar e, sobretudo, internacional*. Deste modo, sob a sua égide não só se incluía temáticas de direito constitucional e policial. Mais, publicou também projetos de lei (alternativos) cientificamente elaborados, relatórios de importantes encontros científicos e muitas vezes organizava números especiais dedicados aos mesmos, por exemplo às Jornadas dos Penalistas Alemães (*Strafrechtslehrertagung*) ou às Jornadas da Associação de Juristas Alemães (*Deutscher Juristentag*). Consideravam-se tanto relatos da praxis como artigos sobre literatura e Direito, algo que não é óbvio para uma revista de arquivo. Mas era sobretudo o intercâmbio de ideias com o mundo internacional do Direito Penal que lhe importava, designadamente a ciência penal espanhola, portuguesa, italiana e latino-americana. Isto valeu-lhe críticas vindas do espaço germanófono e até mesmo dos seus editores adjuntos, que felizmente não o fizeram demover-se da sua abordagem. Também a composição internacional do círculo de colaboradores permanentes era prova de que Jürgen Wolter, durante o período em que exercia a função de redator e editor, entendia a ciência penal estrangeira orientada pelo sistema penal alemão como parte importante de uma família científica homogénea. Para ele era evidente que não só era possível como era necessário aprender mutuamente através do direito comparado fundamentado, justamente em questões de fundo do Direito Penal e Processual Penal. Não somente professores renomados, mas também numerosos investigadores em início de carreira devem a Jürgen Wolter a sua primeira “grande” publicação em língua alemã. Neste sentido, até aos dias de hoje não se pode deixar de ter a impressão de que a sua popularidade fora da Alemanha até era superior à que tinha na Alemanha.

E isto leva-me ao último ponto que importa referir: GA com Jürgen Wolter sempre era – por mais que isso possa parecer pieguice às pessoas de fora – um pouco como uma *família*. Não se quer, com isso, entender um “pensamento de escola” que por vezes se encontra também na ciência penal alemã e que leva a que se proporcione mutuamente nomeações e vantagens. Ainda que uma percentagem não insignificante dos artigos fosse proveniente do círculo dos colaboradores permanentes, a “família GA” tinha portas abertas para quem quer que fosse que se empenhasse para publicar com um tema fascinante, pensamento autónomo e um manuscrito redigido em condições. A meu ver, a “família GA” era caracterizada

por uma base de valores comum, apesar de todas as diferenças e duras discussões relativas a questões de fundo: uma orientação liberal e guiada pelos princípios do Estado de Direito, a preferência por princípios dogmáticos fundamentais a exigências político-jurídicas momentâneas de soluções literalmente “baratas” de *law & order* vindas da e dirigidas à prática, e uma compreensão completa, internacional e interdisciplinar da ciência penal.

Talvez haja uma tendência para, na retrospectiva, engrandecer um ou outro aspeto. Contudo, mesmo que se desconte uma certa nostalgia e atenuação, fica claramente uma percepção: foi para mim uma honra e um prazer ter sido, ao longo de 20 anos, membro da família GA, em cujo centro para muitos de nós permanecerá sempre Jürgen Wolter, mesmo deixando de fazer parte enquanto editor e redator.

Eine Danksagung und Ehrerweisung an Jürgen Wolter unter Erwägung seines persönlichen Markenzeichens bei *Goldammer's Archiv für Strafrecht**

Prof. Dr. Paulo de Sousa Mendes**

Seit seiner Begründung hat *Goldammer's Archiv für Strafrecht* (GA) die Vortrefflichkeit des deutschen Strafrechts vorangetrieben und diesem im Laufe der Jahre vermittels der Diskussion mit ausländischen Autoren, von denen viele ständige Mitarbeiter der Zeitschrift wurden, eine breitere Perspektive verliehen. In den vergangenen 20 Jahren hat Jürgen Wolter als Herausgeber die Qualitätsansprüche der veröffentlichten Beiträge gewährleistet und all seine Kompetenz, Energie und Enthusiasmus der Ausführung dieser Aufgabe gewidmet. Wolter trug in bedeutender Weise dazu bei, dass GA nicht nur im deutschsprachigen Raum zu einem unentbehrlichen Bezugspunkt geworden ist, vielmehr auch in anderssprachigen, nicht allein europäischen Ländern, sondern ebenso weltweit, von Lateinamerika bis nach Japan. In besonders erheblichem Umfang hat sich der Einfluss von GA in den Ländern der romanischen/neulateinischen Sprachen bemerkbar gemacht, vor allem der spanischen, portugiesischen und italienischen Sprache. Wolter wird immer außerordentlich geschätzt werden und sollte aufs Höchste für sein Vorantreiben der Universalisierung der Debatte strafrechtlicher Themen gelobt werden. Dabei hat er all den Autoren, deren Beiträge in GA veröffentlicht wurden, einen gleichrangigen wissenschaftlichen Status zuerkannt, was nicht zu unterschätzen ist, wenn man in Betracht zieht, dass diese Beiträge heutzutage regelmäßig in deutschsprachigen Lehrbüchern, Monografien und Artikeln zitiert werden, ebenso aber in der Fachliteratur anderer Länder. In der deutschen Literatur werden jene Beiträge unabhängig von ihrer Herkunft in die im Trend liegenden diskutierten Fragestellungen einbezogen. Diese Einbeziehung erfolgte auf eine so selbstverständliche Weise, dass man allzu leicht vergisst, dass sie Ergebnis der beharrlichen Haltung Wolters zugunsten einer universal anwendbaren Strafrechtslehre ist.

* Übersetzung von André Hölzer (aus dem Portugiesischen).

** Ordentlicher Professor für Strafrecht und Strafprozessrecht an der Rechtsfakultät der Universität Lissabon.

Natürlich ist die Frage berechtigt, ob diese universale Anwendbarkeit nicht der Rezeption der deutschen Strafrechtsdogmatik in anderen Ländern zuzuschreiben ist. Doch ist dies eine vielschichtige Frage.

Oberflächlich betrachtet liegt die Frage nahe, ob die ausländischen Autoren, die in GA veröffentlichen, sich darauf beschränken, die jeweiligen nationalen Rechtslehren einander gegenüberzustellen oder ob sie den Schritt wagen, die universalisierende Perspektive von GA für sich selbst anzunehmen, indem sie relevante Werke ungeachtet der Nationalität oder Sprache ihrer Autoren zur Diskussion heranziehen. Man darf sagen, dass die Antwort hierauf von Fall zu Fall verschieden ausfällt, doch in jedem Falle ist sie allein von den ausländischen Autoren abhängig, wobei es Beispiele für jede Vorliebe gibt. Gewiss wird sich keine wechselseitige Bereicherung einstellen, wenn die ausländischen Autoren lediglich den letzten Tendenzen innerhalb der deutschen Diskussion Echo verschaffen.

Geht man schrittweise der Sache tiefgründiger nach, stellt sich die Frage, ob GA ein repräsentatives Panorama der unterschiedlichen Modelle des Strafrechts bietet oder ob es sich auf das deutsche Modell beschränkt. Die Ausgestaltung einer allgemeinen Verbrechenslehre stellt zweifelsohne ein intellektuelles Erbe dar, das einer ununterbrochenen Folge von Generationen von deutschen Strafrechtlern, zumindest seit Franz von Liszt (1851-1919) – Österreicher von Geburt und Ausbildung, Deutscher von Karriere und Werk – zugutezuhalten ist. Diese allgemeine Verbrechenslehre hat ihre Funktion als eine gemeinsame Grammatik für die Autoren und Leser von GA erfüllt, und dabei die Unterschiede zwischen den behandelten Rechtsordnungen überbrückt. Doch die formale Definition von Verbrechen ist nicht wissenschaftlich, denn sie beruht nicht auf der Gewinnung von Informationen über natürliche Tatsachen und ebenso wenig auf der Formulierung allgemeingültiger Gesetze. Da sie nun nicht wissenschaftlicher Natur ist, steht ihr auch keinerlei erkenntnistheoretische Verbindlichkeit bei, will heißen, sie ist weder wahr noch falsch. Auch ist sie keine normative Definition, denn sie wird nicht aus den Rechtsquellen gewonnen. Und da sie nicht normativ ist, kommt ihr auch keine Rechtskraft zu, d. h. sie ist weder gültig noch ungültig. Aber doch handelt es sich um eine heuristische Definition, insofern sie bei der Systematisierung der Verbrechenselemente zur praktischen Anwendung im Strafrecht beiträgt. Der rein heuristische Charakter der formalen Definition macht sie aber nicht harmloser. Letztlich ist die formale Definition von Verbrechen eine Aufstellung von Verständniskategorien und -strukturen, welche wir auf die Untersuchung von echten Fällen im Rahmen einer bestimmten nationalen, übernationalen oder internationalen Strafrechtsordnung anzuwenden gedenken, deren funktionale Möglichkeiten einer gewissen ethischen und politischen

Sichtweise auf den Vorgang, den Angeklagten zur Antwort zu rufen, untersteht (die wissenschaftliche Einschätzung, falls sie auf die Ethik oder die Politik angewendet wird, ergibt keinen Sinn, doch dies bedeutet nicht, dass selbige keine praktische Vernunftmäßigkeit aufweisen, selbst wenn die ethischen und politischen Sätze sich nur am konkreten Fall aufzeigen lassen, entsprechend der praktischen Weisheit des Aristoteles). Es gibt zwei miteinander in Konkurrenz stehende Modelle einer formalen Definition von Verbrechen. Auf der einen Seite steht die allgemeine Verbrechenlehre deutschen Ursprungs und auf der anderen die Definition der die strafrechtliche Verantwortlichkeit begründenden Umstände (*offence*) englischen Ursprungs, die beide philosophische Hintergründe haben. Das deutsche Modell zeichnet sich dadurch aus, eine analytische Behandlung der Verbrechenmerkmale ausschließlich auf der Ebene des materiellen Rechts zu gewährleisten, als ob die Anwendung von Strafjustiz auf den konkreten Einzelfall einer reinen Kenntnis von Fakten und einer Bestätigung der diesen entsprechenden Rechtsquellen gleichkäme, ungeachtet der Beweiskomplexitäten des Einzelfalles sowie auch der von den Verfahrenssubjekten und anderweitig Verfahrensbeteiligten vorgebrachten Gründe. Das angloamerikanische Modell definiert die *offence* formal als Aufforderung an den Angeklagten, vor der Strafjustiz auszusagen, wobei es diesem zukommt, seine Verteidigungsmöglichkeiten (*defences*) darzulegen. Bei manchen Verteidigungsmöglichkeiten geht es gar nicht darum, den Angeklagten so zu behandeln, wie er es gemäß der mutmaßlich begangenen Tat verdient hätte. So sind Beweisverbote, die eine Entfernung von unrechtmäßig erhobenen Beweismitteln erzwingen, Verjährungsregeln des Strafverfahrens, die die Schnelligkeit des Verfahrens begünstigen, oder das Verbot der Doppelbestrafung (*ne bis in idem*), das den Angeklagten vor Strafübermaß schützt, Formen von verfahrensrechtlichen Verteidigungsmöglichkeiten. Aber es bestehen auch materiellrechtliche Verteidigungsmöglichkeiten, angefangen bei der Zurückweisung von einem oder mehreren Elementen einer *offence* bis hin zur Tatrechtfertigung oder der Darlegung, dass der Angeklagte nicht strafwürdig ist oder zumindest nicht die von der Anklage geforderte Straftat verdient. Folglich bedingt die Definition der Straftat das substanzielle Einbringen aller Verfahrenssubjekte in die Debatte, insbesondere der Staatsanwaltschaft, des Angeklagten (und seines Verteidigers) und des Richters, so der Fall einem Gericht überwiesen wird. Somit unterscheidet sich das angloamerikanische Modell insofern vom deutschen, als dass Letzteres sich als eine Bezugsmatrix begreift, auf die der Richter bei seiner Urteilsbegründung zurückgreift, ein Richter mit inquisitorischen Befugnissen, der auf der Grundlage seiner eigenen beweisbringenden Initiative erklärt, welche Tatsachen als bewiesen oder als nicht

bewiesen gelten, und nicht allein unter dem Einfluss der Verfahrensstrategien der übrigen Verfahrenssubjekte. Eine Verschiedenheit, der noch erheblich Nachdruck verliehen wird durch die Art und Weise, in der die Verteidigungsmöglichkeiten in das Strafverfahren eingebracht und bewertet werden, in Abhängigkeit von der zwischen den Verfahrenssubjekten jeweils gültigen Rollenverteilung und schließlich durch die Form, wie der Prozessgegenstand der freien fundierten Einschätzung des entscheidenden Richters unterworfen ist. D. h. hierbei handelt es sich um Fragen des Beweismaßes und der Verteilung der Beweislast. Der Unterschied zwischen beiden Modellen ist also nicht eine Frage philosophischer und juristischer Terminologie. Es besteht ein breiter Diskussionsraum zwischen der verfahrensrechtlich orientierten allgemeinen Theorie der *offence*, die ihren philosophischen Ursprung in der Theorie der moralischen Zurechnung Samuel von Pufendorfs (1632-1694) hat und darauf in England durch William Blackstone (1723-1780) aufgenommen und verfeinert wurde, um sich dann im Rechtskreis des Fallrechts (*common law*) auszubreiten, und der auf von Liszt zurückgehenden allgemeinen Verbrechenslehre, die sich in den Ländern mit kodifizierten Rechtsquellen (*civil law*) vollständig durchgesetzt hat. Es ist an dieser Stelle angebracht anzumerken, dass Wolters Denken vorzüglich ausgerüstet ist, um sich dieser Diskussion zu stellen, um so mehr, als er ein integrales Strafrechtssystem vertritt, indem er die Untersuchung der strafbaren Tat mit der Bestimmung der Strafe und dem Strafverfahrensrecht (das nicht bloß einen Zusatz darstellt) verbindet, wie man ersehen kann in: Wolter, J./Freund, G., *Straftat, Strafzumessung und Strafprozess im gesamten Strafrechtssystem: Straftatbegriff – Straftatzurechnung – Strafrechtzweck – Strafausschluss Strafverzicht – Strafklagverzicht*, Heidelberg: C. F. Müller, 1996. Der Vergleich von Strafrechtsmodellen fand bereits in der Vergangenheit Ausdruck und kehrt jetzt wieder mit frischem Impuls zurück, sowohl auf deutscher Seite als auch auf englischer (trotz Brexit) oder nordamerikanischer Seite. Dass der kritische Vergleich von Modellen keine zentralere Rolle in GA gespielt hat, ist wohl teilweise einer Abkapselung englischsprachiger Autoren geschuldet, die nicht selten dem Gebrauch, ja sogar dem Erlernen anderer Sprachen gegenüber eine renitente Haltung einnehmen, was ihnen nicht nur das Beherrschen des allgemeinen Sprachgebrauchs, sondern auch der funktionellen Entsprechungen der Fachsprache abverlangen würde. Wie man sieht, gibt es Provinzialismus an vielen Orten und nicht nur in den Ländern der romanischen und germanischen Sprachen. Doch darf die Abhilfe nicht immer darin bestehen, alle Veröffentlichungen der englischen Sprache zu unterwerfen, auch wenn das Englische zu einer Verkehrssprache geworden ist, so wie es einst das Rechtslatein gewesen ist. Aber die Lösung könnte womöglich in einer Ausdehnung der

vielsprachigen Veröffentlichungen, die vorzugsweise online und, wo immer möglich, frei zugänglich sein sollten, bestehen.

Die deutsche Strafrechtslehre ist in eine Phase der kritischen Selbstreflexion eingetreten. Nach unserem Dafürhalten darf die viel beschworene aktuelle Krise der deutschen Strafrechtsdogmatik nicht mit einem Verlust ihres Einflusses in der Welt gleichgesetzt werden und um so weniger noch mit einem Mangel an qualitativ hochwertiger akademischer Produktion. Es wäre schlecht um uns bestellt, hätte sich die deutsche Strafrechtslehre auf eine patriotische Verteidigung eines intellektuellen Territoriums eingeschworen. Liegt gegenwärtig eine Krise der deutschen Strafrechtslehre vor, so steht diese im Zusammenhang mit einer eventuellen Unzulänglichkeit einer konsequenten Antwort auf die neuen Herausforderungen an das Strafrecht angesichts der Verwundbarkeit der liberalen Demokratien in einer Welt, die sich in Umwälzungen befindet, hervorgerufen durch die großen Risiken der Globalisierung und gegenwärtig – in umgekehrter Ausrichtung – durch die Risiken einer Rückkehr der Logik der geostrategischen Blöcke. Die schwierigen Themen sind exponentiell angewachsen, angefangen bei dem internationalen Strafrecht, über das europäische Strafrecht und die neuen Gebiete der Regulierung ökonomischer, finanzieller, sozialer und umweltbezogener Aktivitäten (die strafrechtliche oder nahezu strafrechtliche Dimensionen beinhalten), bis hin zur Verbrechensverhütung und öffentlichen Sicherheit. In der Folge hat sich die Lehre über die verschiedenen Gebiete hin so weit ausgedehnt, dass die Autoren die Übersicht über die Gesamtheit und die Fähigkeit zur Zusammenfassung verloren haben, und so bisweilen aus ihnen Spezialisten oder gar Technokraten des Strafrechts gemacht. Niemals hat Wolter in seiner Tätigkeit als Herausgeber von GA neuartigen Themen und Herausforderungen den Eintritt verwehrt, doch – dies ist ihm zugutezuhalten – ist GA ebenso niemals der Veröffentlichung von bloß den Wissensstand auf diversen Gebieten des zeitgenössischen Strafrechts beschreibenden Berichten anheimgefallen. Wolter haben wir auch die unnachgiebige Wahrung der kritischen Reflexion in den Seiten von GA zu verdanken.

Ich danke Jürgen Wolter für sein Vertrauen, mich in die erlesene Gruppe der ständigen Mitarbeiter von *Goldammer's Archiv für Strafrecht* aufgenommen zu haben. Das Privileg, jeden Monat die neueste Ausgabe der Zeitschrift zu empfangen, hat mir ermöglicht, die beispielhafte Aufgabe Wolters als Vorreiter eines informierten und geistreichen strafrechtlichen Denkens aufmerksam zu verfolgen. Danke schön, Professor Wolter, für ihren fortdauernden Beitrag zur Universalisierung des strafrechtlichen Denkens, als Herausgeber und – nicht minder bedeutsam – als Autor eines umfangreichen Referenzwerkes.

Um agradecimento e uma homenagem a Jürgen Wolter Em jeito de reflexão sobre a sua marca pessoal no *Goltdammer's Archiv für Strafrecht*

Prof. Dr. Paulo de Sousa Mendes*

Desde a sua criação, o *Goltdammer's Archiv für Strafrecht* (GA) promoveu a excelência do direito penal alemão e, ao longo dos anos, acrescentou-lhe uma perspetiva mais ampla por meio do debate com autores estrangeiros, muitos dos quais se tornaram colaboradores permanentes da revista. Nos últimos 20 anos, Jürgen Wolter, como editor, garantiu os requisitos de qualidade dos artigos publicados e colocou toda a sua competência, energia e entusiasmo no cumprimento dessa tarefa. Wolter contribuiu significativamente para que o GA se tornasse uma referência indispensável não só nos países falantes de língua alemã, mas também em países falantes de outras línguas, não apenas europeus, mas do mundo inteiro, desde a América Latina até ao Japão. De forma muito expressiva, a influência do GA nota-se em países falantes das chamadas línguas neolatinas ou românicas, especialmente as línguas espanhola, portuguesa e italiana. Wolter será sempre muito apreciado e deverá ser muito elogiado por ter promovido esta universalização do debate dos temas penais. Ao fazê-lo, reconheceu um estatuto científico equivalente a todos os autores cujos contributos foram publicados no GA, o que não é de somenos, já que tais contributos são hoje regularmente citados nos tratados, monografias e artigos alemães, mas também na literatura da especialidade de outros países. Na literatura alemã, tais contributos são integrados na corrente das questões disputadas, independentemente da nacionalidade dos autores. Esta integração ocorreu tão naturalmente que acabamos por esquecer que resultou da indómita atitude de Wolter em prol de uma doutrina jurídica universalizável.

* Professor catedrático de Direito Penal e Processual Penal na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Podemos questionar se essa universalização se deu por conta de uma receção da dogmática jurídico-penal alemã nos outros países. Esta questão apresenta, porém, várias camadas de análise.

Na camada mais superficial pergunta-se se os autores estrangeiros que publicam no GA se limitam a confrontar as respetivas doutrinas nacionais com a doutrina alemã ou se arriscam assumir para si mesmos a perspectiva universalizante do GA, no sentido de convocarem para a discussão obras relevantes, abstraindo da nacionalidade e da língua dos seus autores. Digamos que a resposta a esta questão varia de caso para caso, mas em qualquer caso só depende dos autores estrangeiros, havendo exemplos para todos os gostos. Naturalmente faltará a fertilização recíproca se os autores estrangeiros simplesmente fizerem eco das últimas tendências da discussão alemã.

Nas camadas sucessivamente mais profundas pergunta-se se o GA oferece um panorama representativo dos diferentes modelos de direito penal ou se está confinado ao modelo alemão. A construção de uma teoria geral da infração penal constitui, sem dúvida, um património intelectual que deve ser creditado na conta de gerações ininterruptas de penalistas alemães, pelo menos desde Franz von Liszt (1851-1919), austríaco por nascimento e formação e alemão por carreira e obra. Esta teoria geral da infração criminal tem cumprido a função de gramática comum aos autores e leitores do GA, suplantando as diferenças entre os ordenamentos jurídicos implicados. Mas a definição formal de crime não é científica, pois não se baseia na recolha de informações sobre factos naturais, nem na formulação de leis universais. Não sendo científica, tão-pouco lhe assiste qualquer vinculatividade gnosiológica, ou seja: não é verdadeira nem falsa. Também não é uma definição normativa (aqui entendida no sentido de descritiva de uma normatividade preexistente), pois não se extrai das fontes do direito. Não sendo normativa, é desprovida de qualquer força jurídica, ou seja: não é válida nem inválida. É, isso sim, uma definição heurística, na medida em que ajuda à sistematização dos elementos do crime para efeitos de aplicação prática do direito penal. O carácter meramente heurístico da definição formal de crime não a torna inócua. Em última análise, a definição formal de crime é uma elaboração das categorias e estruturas de compreensão do crime que queremos aplicar à análise dos casos da vida no marco de um determinado ordenamento jurídico-penal nacional, supranacional ou internacional, mas cuja potencialidade operativa obedece a uma certa visão ética e política do processo de chamada à responsabilidade da pessoa acusada da prática de um crime (a qualificação científica, se for aplicada à ética ou à política, é desprovida de sentido, mas tal não significa que estas sejam desprovidas de racionalidade prática, ainda que as proposições éticas e políticas somente se

deixem revelar no caso concreto, na linha da prudência aristotélica). Há dois modelos concorrentes de definição formal de crime. De um lado, a teoria geral da infração criminal de origem alemã e, do outro, a definição de ofensa criminal de origem inglesa, ambas com antecedentes filosóficos. O modelo alemão caracteriza-se por oferecer um tratamento analítico dos elementos constitutivos da infração criminal exclusivamente no plano do direito material, como se a aplicação da justiça penal ao caso concreto fosse uma atividade de pura cognição dos factos e de declaração das fontes de direito que lhes correspondem, ficando assim alheia não só às complexidades probatórias do caso concreto, como também às razões alegadas pelos sujeitos processuais e demais intervenientes na tramitação do processo penal. O modelo anglo-americano define formalmente a ofensa criminal como interpelação ao acusado para responder perante a justiça penal, cabendo-lhe então o ónus de apresentar as suas defesas. Há defesas processuais que nada têm a ver com tratar o acusado em função daquilo que ele merece por causa do facto alegadamente praticado. Assim, são defesas processuais, por exemplo, as regras de exclusão que obrigam ao desentranhamento das provas ilicitamente obtidas, as regras de prescrição do procedimento criminal que promovem a celeridade processual ou a proibição da dupla incriminação (*ne bis in idem*) que protege o acusado do abuso punitivo. Mas há também defesas substantivas. As defesas substantivas vão desde a negação de um ou mais elementos da ofensa até à justificação do facto ou à explicitação de que o acusado não merece ser punido ou, pelo menos, não com a severidade pedida pela acusação. Por conseguinte, a definição da ofensa criminal suscita a intervenção constitutiva do debate por parte de todos os sujeitos processuais, designadamente o promotor de justiça (entre nós, o Ministério Público), o acusado (e o seu defensor) e o juiz, se o caso for remetido a julgamento. Assim, o modelo anglo-americano distingue-se do modelo alemão, na medida em que o último se assume antes como uma matriz de referência para o juiz na fundamentação da sentença penal, um juiz com poderes inquisitórios, que declara quais são os factos provados e não provados com base na sua própria iniciativa probatória e não apenas ao sabor das estratégias processuais dos demais sujeitos processuais. É uma distância que se acentua sobremaneira na forma como cada uma das defesas é introduzida e avaliada no processo penal, em função da distribuição de papéis que vigora entre os sujeitos processuais e, por fim, na forma como o objeto do processo é sujeito à livre apreciação fundamentada do juiz de julgamento. Vale por dizer que se trata aqui das questões da medida da prova e da distribuição do ónus da prova. A diferença entre os dois modelos não é, pois, uma questão de terminologia filosófica e jurídica. Entre a teoria processual da ofensa criminal que teve origem filosófica na teoria da imputação moral

de Samuel von Pufendorf (1632-1694) e foi depois acolhida e aprimorada em Inglaterra por William Blackstone (1723-1780), alastrando aos países de direito jurisprudencial (*common law*), e a teoria substantiva da infração criminal que teve origem em von Lizst e se tornou totalmente dominante nos países de direito legislado (*civil law*) interpõe-se um largo espaço aberto à discussão. Tudo visto e somado, o processo é que conta. Cabe aqui notar que o pensamento de Wolter está especialmente bem apetrechado para enfrentar esta discussão, tanto mais que advoga um sistema integral de Direito Penal, juntando o estudo do facto punível à determinação da pena e ao direito processual (que não é meramente adjetivo), como se pode ver em: Wolter, J./Freund, G., *Straftat, Strafzumessung und Strafprozess im gesamten Strafrechtssystem: Straftatbegriff – Straftatzurechnung – Strafrechtzweck – Strafausschluss Strafverzicht – Strafklagverzicht*, Heidelberg: C. F. Müller, 1996. A comparação de modelos penais já teve alguma expressão no passado e regressa agora com redobrado ímpeto, quer do lado alemão, quer do lado inglês (apesar do Brexit) ou do lado norte-americano. Se a comparação crítica de modelos não ganhou maior protagonismo no GA, tal deveu-se, em parte, ao encapsulamento dos próprios autores de língua inglesa, os quais são muitas vezes renitentes à utilização de outras línguas ou, sequer, à aprendizagem das mesmas, o que lhes exigiria não só um domínio da linguagem coloquial, mas também dos equivalentes funcionais na linguagem técnica. O provincianismo existe, pois, em muitas paragens e não apenas nos países da família romano-germânica. Mas o remédio para o provincianismo não poderá ser sempre a rendição de todas publicações à língua inglesa, ainda que o inglês se tenha tornado uma língua veicular, o mesmo papel que já coube ao latim jurídico. No entanto, o remédio talvez possa ser a generalização das publicações multilingues e, de preferência, a sua disponibilização *online*, se possível em regime de acesso livre.

A doutrina do direito penal alemã entrou numa fase de autorreflexão crítica. Segundo cremos, a propalada crise atual da dogmática penal alemã não deve ser confundida com a sua perda de influência no mundo, nem, muito menos, com a falta de produção doutrinária de qualidade. Mal andaríamos se a doutrina do direito penal alemã andasse apostada na defesa patriótica de um território intelectual. A existir uma crise atual da doutrina do direito penal alemã, então a mesma prende-se com a eventual falha de resposta consistente aos novos desafios do direito penal diante da vulnerabilidade das democracias liberais num mundo exposto às convulsões provocadas pelos grandes riscos da globalização e agora, de sinal contrário, também pelos riscos de regresso à lógica dos blocos geoestratégicos. Os temas difíceis cresceram exponencialmente, desde o direito penal internacional, passando pelo direito penal europeu e pelas novas áreas

de regulação das atividades económicas, financeiras, sociais e ambientais (que integram dimensões penais ou quase penais), até à prevenção criminal e à segurança pública. Em consequência, a doutrina espartilhou-se pelas diversas áreas, a tal ponto que os autores perderam a visão de conjunto e a capacidade de síntese, tornando-se, por vezes, especialistas e até mesmo tecnocratas do direito penal. Nas suas funções de editor do GA, Wolter nunca fechou as portas aos novos temas e aos novos desafios, mas, justiça se lhe faça, o GA também nunca sucumbiu à publicação de meros relatórios descritivos do estado da arte nos diversos domínios do direito penal contemporâneo. Também devemos a Wolter a defesa intransigente da reflexão crítica nas páginas do GA.

Agradeço a Jürgen Wolter que tenha confiado em mim para fazer parte do seletto grupo dos colaboradores permanentes do *Goldammer's Archiv für Strafrecht*. O privilégio de receber cada novo número da revista permitiu-me seguir atentamente a exemplar missão de Wolter como paladino do pensamento penal informado e criativo. Bem haja, Professor Wolter pelo seu perene contributo para a universalização do pensamento penal, como editor e, não menos importante, como autor de uma vasta obra de referência.

An Jürgen Wolter und die Zeitschrift *Goldammer's Archiv* als Förderer einer internationalen strafrechtlichen Diskussion

Prof. Dr. Vincenzo Militello*

Als italienischer Strafrechtler ist es mir ein besonderes Anliegen, meinem verehrten Kollegen *Jürgen Wolter* für den unermüdlichen Einsatz zu danken, mit dem er durch das *Goldammer Archiv für Strafrecht* dazu beigetragen hat, die internationale Diskussion über Strafrecht und Kriminalpolitik zu beleben und zu bereichern.

Vorab sei angemerkt, dass das Verhältnis zwischen der deutschen und italienischen Strafrechtswissenschaft so lange zurückgeht und so weit gefächert ist, dass die Suche nach einem bestimmten Anfang dieser Geschichte oder einem einheitlichen Schwerpunkt der jeweiligen Querverbindungen auf unüberwindliche Schwierigkeiten stoßen würde. Um eine allgemeine Idee dieser alten und tiefgreifenden wissenschaftlichen Tradition zu schildern, seien hier nur einige Beispiele angeführt: Als bedeutsam für das 18. Jahrhundert gilt die Einführung von *Karl Ferdinand Hommel* in der deutschen Fassung von 1778 der weltweit verbreiteten Schrift von Cesare Beccaria "Von Verbrechen und Strafen", sowie für das 19. Jahrhundert die Sammlung der "Deutschen Kriminalrechtlichen Schriften", mit der italienischen Übersetzung von mehr als 40 Beiträgen prominenter Strafrechtslehrer wie *Mittermeier* und *Kleinschrod* (4 Bände 1846-1847). Und im 20. Jahrhundert waren die "molteplici punti di contatto nel pensiero" ("zahlreichen Bezugspunkte im Denken") zwischen deutschen und italienischen Strafrechtslehrern schon von *Thomas Würtenberg* 1965 im Vorwort der italienischen Fassung seines berühmten Buches "Über die geistige Situation der Deutschen Strafrechtswissenschaft" betont worden, wobei hier auch die besondere Aufmerksamkeit erwähnt werden kann, die sowie zunächst der verehrte Lehrer der deutschen Strafrechtsvergleichung, *Hans Heinrich Jescheck*, als auch danach der bekannte Göttinger Professor *Manfred Maiwald*, der italienischen Strafrechtswissenschaft gewidmet haben.

* Università degli Studi di Palermo.

Ebenso sicher ist auch, dass in den letzten Jahrzehnten die Entwicklungen dieses so wertvollen Verhältnisses ohne den Beitrag einer führenden Kraft verloren gegangen wäre. In dieser Richtung war der Beitrag von *Jürgen Wolter* durch die *GA* und das Ansehen ihrer Tradition als älteste deutsche strafrechtliche Zeitschrift entscheidend. Sie hat nämlich den seit langem bestehenden Kommunikationskanal zwischen den beiden Rechtstraditionen beibehalten, ihn jedoch erneuert und in einen erweiterten Dialog auf internationaler Ebene eingebettet. Durch die Einbindung einer Vielzahl von Wissenschaftlern unterschiedlicher nationaler Herkunft, die als Verbindungsglied zu ihren jeweiligen Strafrechtssystemen auftraten, haben die *GA* und ihr Hauptverfasser *Jürgen Wolter* in den letzten zwei Jahrzehnten in beispielloser Weise zu einer bedeutenden Veränderung des Raums beigetragen, in dem die Probleme des Verbrechen und ihrer Täter angesiedelt sind. Sie sind spätestens seit den Meistern *Karl Binding* und *Arturo Rocco* Gegenstand der deutschen und italienischen Strafrechtswissenschaft, wobei sich die diesbezügliche Debatte vorrangig im nationalen Kontext entwickelt hat. Bereits im 19. Jahrhundert war dies der fest umrissene Rahmen für die verschiedenen Straftheorien, die, abgesehen von ihren Besonderheiten, alle auf dem Postulat einer Unauflöslichkeit des Binoms positives Strafrechtssystem und Souveränität des Staates beruhten.

Es handelt sich um eine tief verwurzelte Idee: "Das Strafgesetzbuch ist im Ganzen und in seinen einzelnen Theilen das Produkt der einheimischen Gesetzgebung", wie z. B. schon vor 150 Jahren im ersten Heft des heute *Goldammer's Archivs Hesster* ("Bemerkung über Anwendung und Auslegung des neuen Strafgesetzbuchs", in *Archiv für Preußisches Strafrecht*, 1853, S. 27) beschrieben hatte. Dieser traditionelle Rahmen konnte jedoch von dem tiefgreifenden Wandel nicht unberührt bleiben, der seit Ende des letzten Jahrhunderts durch die zunehmende Integration der verschiedenen Rechtssysteme und die damit verbundene Verflechtung der Auslegungen nationaler, supranationaler und internationaler Gerichte gekennzeichnet ist.

Das Verdienst von *Jürgen Wolter* war also zweifach. Erstens, um die Neuheit der Probleme zu begreifen, denen sich die Strafrechtswissenschaft im modernen mehrstufigen institutionellen Rahmen gegenüber sieht. Zweitens – und vor allem – die Einsicht, dass die unübertroffene Tradition einer maßgeblichen deutschen Zeitschrift wie der *GA* nicht zu einer selbstreferentiellen Binnenschließung zwingt, sondern dass es vielmehr notwendig war, sie zu einer offenen Agora zu machen, in der eine Pluralität von Stimmen zur Interpretation der sich wandelnden strafrechtlichen Probleme in ihrer aktuellen Ausprägung herangezogen werden konnte.

Die Sorgfalt bei der Redaktion der verschiedenen Hefte, die persönliche Qualitätskontrolle der einzelnen Beiträge, sowie die ständige Anregung, sich in einer der verschiedenen Rubriken der Zeitschrift zu engagieren, sind alle weitere Werte, die zwar an sich schon zu würdigen sind, die aber durch das tägliche Engagement von *Jürgen Wolter* über einen Zeitraum von zwanzig Jahren völlig einzigartig werden.

Mein Dank gilt daher mindestens in zweierlei Hinsicht: dafür, dass die internationale Strafrechtswissenschaft einen Ort gefunden hat, an dem sie ihre Debatte aktualisieren und zur Frucht einer Pluralität von Erfahrungen und Rechtssystemen machen kann; für das Vertrauen, mich als Gesprächspartner in diesem internationalen strafrechtlichen Diskurs unter die ständigen Mitarbeiter der *GA* zu berufen.

Für die Freundschaft, die er mir geschenkt hat, die Freundlichkeit bei jedem Kontakt und die menschliche Großzügigkeit ist es nicht leicht, angemessene Worte zu finden, aber ich kann nur sagen, dass ich sie alle als eines der größten erhaltenen Geschenke in mir bewahre.

Grazie, Jürgen.

A Jürgen Wolter e à revista GA enquanto promotores de uma discussão penal internacional*

Prof. Dr. Vincenzo Militello**

Enquanto penalista italiano, é-me especialmente caro prestar o meu agradecimento ao meu ilustre colega *Jürgen Wolter* pelo empenho incansável com que contribuiu, através do *Goldammer's Archiv für Strafrecht*, para avivar e enriquecer a discussão internacional sobre o Direito Penal e a política criminal.

Cabe referir, em primeiro lugar, que o relacionamento entre a ciência penal alemã e italiana remonta a um tempo tão longínquo e é de tal maneira abrangente que a tentativa de identificar um ponto de partida concreto desta história, ou um enfoque único das respetivas interligações, resultaria em dificuldades intransponíveis. Para ter-se uma ideia geral dessa ligação antiga e profunda, basta referir apenas alguns exemplos: No que ao século XVIII diz respeito, é considerada significativa a introdução da versão alemã, pela mão de *Karl Ferdinand Hommel*, da obra de Cesare Beccaria, difundida por todo o mundo, “Dos delitos e das penas”, assim como, a respeito do século XIX, a coletânea “Textos jurídico-criminais alemães” na sua tradução italiana com mais de 40 contributos de ilustres penalistas tais como *Mittermeier* e *Kleinschrod* (em quatro volumes 1846-1847). E, no século XX, os múltiplos pontos de contacto no pensamento entre penalistas alemães e italianos foram já destacados por *Thomas Würtenberg* em 1965, no prefácio para e edição italiana do seu famoso livro “Sobre o estado de espírito da ciência penal alemã”, sendo que importa referir aqui também a atenção particular que dedicaram à ciência penal italiana, num primeiro momento, o distinto professor do Direito Penal Comparado *Hans Heinrich Jeschek*, e, posteriormente, o conhecido professor de Göttingen *Manfred Maiwald*.

É igualmente certo que, ao longo das últimas décadas, os desenvolvimentos destas ligações valiosas se iriam perdendo sem o contributo de uma força motriz.

* Tradução de André Hölzer (do alemão).

** Università degli Studi di Palermo.

Neste sentido, foi decisivo o contributo de *Jürgen Wolter* através da revista *GA* bem como o renome desta enquanto mais antiga revista alemã de Direito Penal. É que a revista conservou este canal de comunicação entre as duas tradições jurídicas, já existente havia muito, mas renovando-o e enquadrando-o num diálogo mais alargado a nível internacional. Através da inclusão de um número significativo de cientistas de diversas nacionalidades, operando como elos de ligação com os seus respetivos sistemas penais, *GA* e o seu editor *Jürgen Wolter* contribuíram, nas últimas duas décadas, de uma forma sem precedentes para uma modificação significativa do espaço em que se situam as questões do crime e dos respetivos autores. Representam, ao mais tardar desde os mestres *Karl Binding* e *Arturo Rocco*, o objeto da ciência penal alemã e italiana, sendo certo que o respetivo debate se foi estabelecendo predominantemente em contexto nacional. Já no século XIX era esse o contexto bem definido para as diferentes teorias da pena baseadas, todas elas, sem prejuízo das suas particularidades, no postulado de uma indissolubilidade do binómio sistema penal positivo/soberania do Estado.

Trata-se de uma ideia profundamente enraizada: “O Código Penal, no seu todo e nas suas partes individuais, é produto da legislação doméstica”, tal como referira, por exemplo, *Hesster* há 150 anos no número primeiro do que viria a ser o *Goldammer’s Archiv*, então ainda intitulado *Archiv für preußisches Strafrecht* (“Bemerkung über Anwendung und Auslegung des neuen Strafgesetzbuchs”, 1853, S. 27). Contudo, este enquadramento tradicional não poderia deixar de ser passível das transformações profundas que se foram operando desde os finais do século passado, por meio de uma crescente integração dos diferentes sistemas jurídicos e a conseqüente interligação das interpretações de tribunais nacionais, supranacionais e internacionais.

O mérito de *Jürgen Wolter* foi, portanto, duplo. Primeiro, por permitir a compreensão da novidade dos problemas com que se depara a ciência penal dentro do moderno quadro institucional constituído por vários níveis. Segundo – e sobretudo – a perceção de que a tradição inigualável de uma revista alemã de tal relevância como é o caso de *GA* não obriga a uma clausura autorreferencial em si próprio, mas antes que era necessário transformá-la numa ágora aberta, onde era possível consultar uma pluralidade de vozes para a interpretação dos problemas penais em mutação na sua atual manifestação.

O cuidado colocado na redação dos diversos números, o controlo de qualidade pessoal de cada contributo, assim como o constante estímulo de empenhar-se numa das várias secções da revista, tudo são valores adicionais já de

si meritórios, mas que atingem uma unicidade absoluta pela entrega e dedicação diária de Jürgen Wolter ao longo de vinte anos.

Por isso, o meu agradecimento deve-se a, pelo menos, duas razões: ao facto de a ciência penal internacional ter encontrado um espaço onde é possível atualizar o seu debate que é fruto de uma pluralidade de experiências e de sistemas jurídicos; e à confiança de me incluir como interlocutor neste diálogo internacional sobre Direito Penal enquanto colaborador permanente de GA.

Não é fácil encontrar palavras à altura da amizade com que me brindou, da sua amabilidade demonstrada em cada contacto e sua generosidade humana. Mas posso apenas dizer que guardarei tudo isso como um dos presentes maiores que alguma vez me foi oferecido.

Grazie, Jürgen.

Für Jürgen Wolter: 20 Jahre Schriftleiter von *Goldammer's Archiv für Strafrecht*

Prof. Dr. Gabriel Pérez Barberá

Prof. Dr. Alejandra Verde

Wir haben Jürgen Wolter unter für uns sehr besonderen Gegebenheiten kennengelernt. Denn es war unsere geliebte Freundin Barbara Huber – deren noch nicht lange zurückliegendes Ableben uns noch immer ergreift –, die uns mit ihm bekannt machte. Schon immer hatte sie wie eine Art "Managerin" des Älteren von uns beiden gewirkt, als dieser noch in Deutschland seine Forschungen für die Doktorarbeit über den Vorsatz durchführte. So etwa auf strafrechtlichen Kongressen, an denen wir um das Jahr 2001 herum teilnahmen, wenn Barbara sagte: "Du musst Frisch unbedingt kennenlernen", sich ihm daraufhin zuwandte und wir ein Gespräch zu dritt aufnahmen.

Als wir einige Jahre später gemeinsam nach Deutschland gingen, fragte Barbara uns, während wir bei ihr zu Hause in Freiburg waren: "Kennt ihr Jürgen Wolter?". Als wir erwiderten, dass wir ihn nicht persönlich kannten, lediglich Schriften von ihm gelesen hatten, sagte sie uns, halb überrascht, halb herausfordernd: "Aber wie kann es sein, dass ihr jemanden so bezaubernden, der sich wie kein anderer dafür eingesetzt hat, der spanischsprachigen Strafrechtswissenschaft einen ernsthaften Platz in Deutschland zu verschaffen, nicht kennt!". "Außerdem, – so fügte sie hinzu – ein Schüler von Roxin *muss* Jürgen kennen". Natürlich war diese Frage nicht rein zufällig: sie war für jene Tage zu einer feierlichen Veranstaltung aus Anlass der Veröffentlichung der Festschrift zu Jürgens 70. Geburtstag eingeladen, und sie wollte die Möglichkeit erkunden, ob auch wir eingeladen werden könnten, um uns ihm so vorstellen zu können. Natürlich sagten wir begeistert zu und so kam es, wieder einmal mehr dank Barbara, dass wir auf besagter Soiree erschienen. Dort machten wir Jürgens Bekanntschaft, wir hatten eine längere Unterhaltung mit ihm, obgleich er von Freunden umgeben war, und wir versprachen, ihn so bald als möglich wieder zu besuchen.

* Übersetzung von André Hölzer (aus dem Spanischen).

Und so unternahmen wir im besagten Jahr unseres Aufenthaltes in Deutschland mehrfach die Fahrt nach Karlsruhe, um Jürgen und Micaela, seine bezaubernde Gattin, zu besuchen. Fast immer in Begleitung von Barbara, manchmal mit Luís Greco, ein andermal mit Vincenzo Militello. Zu anderer Gelegenheit waren es nur wir zwei Ehepaare: Micaela, Jürgen und wir beide. Jene Mittagessen im Novotel in Karlsruhe oder Abendessen in solch angenehmen Speiselokalen genossen wir sehr. Immer war es Jürgen, der das Gespräch lenkte, damit wir ihm detailliert schilderten, was in jenem Augenblick Gegenstand unserer Forschungen war. Was wir ihm erzählten, fand seine Begeisterung und er bot uns seine Hilfestellung an, wo immer es ihm möglich war: so bestand er beispielsweise darauf, dass das, was Gabriel zu jenem Zeitpunkt über die Straftheorie schrieb, in GA auf Deutsch veröffentlicht werden müsste. Und er schenkte Alejandra seine Bücher und Aufsätze, damit sie ihre Lektüre zur "Wahlfeststellung" vertiefen konnte, ein Thema, auf das sie ausgehend von ihrem Interesse an Hehlerei gelangt war, welches Gegenstand ihrer Doktorarbeit war.

Jürgen war nicht zwar nicht sehr davon überzeugt, dem Argument der Vergeltung derart viel Raum zu geben, wie Gabriel ihm in seinem Diskurs zur Strafrechtfertigung zugestehen wollte, trotzdem hat er nachdrücklich ermutigt, den Artikel zu schreiben und hat sich selbst sehr stark eingebracht, so etwa durch verschiedene grammatische Verbesserungen, um den Anforderungen einer Publikation in GA entsprechen zu können. Insbesondere war er ganz und gar nicht einverstanden mit der von Alejandra angenommenen Konzipierung hinsichtlich der *Wahlfeststellung*, und nichtsdestotrotz ermutigte er sie beständig, mit ihren Forschungen voranzuschreiten. Seine wissenschaftliche Haltung gegenüber unseren Diskussionen, seine Geduld und Großzügigkeit, uns Gehör zu schenken, uns zu widersprechen und uns so zu einer besseren Argumentation drängte, sind Dinge, die wir für immer erinnern werden und für die wir ihm dankbar sind.

Im Rahmen all dieser Treffen entstand so zwischen uns rasch eine echte und tiefe Freundschaft. In einem dieser Gespräche kündigte er denn an, er werde Gabriel als ständigen Mitarbeiter von GA einbeziehen und schlug vor, dass wir per Du sind, etwas, was für einen Deutschen ein starker Beweis für Freundschaft darstellt. Wir konnten es nicht glauben: ohne größere Umstände bekannte uns Jürgen Wolter, eine solch unstrittige zentrale Persönlichkeit des deutschen Strafrechts, diese Zuneigung und erlaubte uns überdies, auf Augenhöhe *mit ihm* über rechtliche Fragen zu diskutieren. Dies zeigt, wieviel wir ihm verdanken, und sein wunderbares Wesen ist Grund dafür, dass es ihm wohl sonderbar erscheinen würde, dass wir das Gefühl hätten, ihm irgendetwas zu verdanken.

Aber wie können wir uns nicht so geehrt fühlen? Unserer Ansicht nach stellt Jürgen Wolter die gelungenste Verknüpfung des Besten dar, was Deutschland im Strafrecht zu bieten hat: auf der einen Seite, Tiefgründigkeit und wissenschaftliche Kreativität, auf der anderen, Institutionalisierung in Bezug auf den Rechtsstaat.

Zum einen hat er eine Reihe von monographischen Studien verfasst, die für all jene unverzichtbar sind, die solch grundlegende Themen wie objektive und subjektive Zurechnung oder Wahlfeststellung, neben zahlreichen anderen, vertiefen möchten. Seine Schriften "Alternative und eindeutige Verurteilung auf mehrdeutiger Tatsachengrundlage im Strafrecht. Zugleich ein Beitrag zur Abgrenzung von Vorsatz und Fahrlässigkeit" (1972) und "Objektive und personale Zurechnung von Verhalten, Gefahr und Verletzung in einem funktionellen Straftatsystem" (1981) sind in der Tat von einer derartigen wissenschaftlichen Tiefe, dass sie als Pflichtlektüre angesehen werden dürfen. Diese Beiträge sind von hohem Belang für den erstgenannten, die deutsche Strafrechtswissenschaft auszeichnenden Aspekt, der mit der tiefgründigen und gleichzeitig einfallsreichen Untersuchung hinsichtlich der Grundlagen normativer Kategorien zu tun hat, welche die Zurechnung strafrechtlicher Verantwortlichkeit begründen.

Nun hat Jürgen Wolter zudem aber auch entscheidend zum Aufbau einer "normalen" Strafrechtswissenschaft, wie man sie gemäß eines gelungenen Ausdrucks Javier Wilenmanns nennen könnte, beigetragen. Deutschland zeichnet sich nicht allein durch die im vorigen Absatz hervorgehobene wissenschaftliche Tiefe und Einfallsreichtum aus, sondern auch durch eine geduldige und fortwährende Ausarbeitung einer weniger raffinierten, aber in einem Rechtsstaat unentbehrlichen Doktrin, die in diesem Land außerdem noch von hoher Qualität ist. Wir nehmen hier selbstverständlich Bezug auf die "herrschende Doktrin".

Diese Art von Doktrin – die in Lateinamerika nicht hinreichend ausgeprägt ist, als dass sie mit einem "Kanon" gleichzusetzen sein könnte, und zudem für gewöhnlich mindere Qualität aufweist – wird ja gerade durch die kolossale Arbeit erreicht, die von den Autoren der zahlreichen Strafrechtslehrbücher sowie der Kommentare zum Strafgesetzbuch und zur Strafprozessordnung in diesem Land geleistet wird. Besagte Arbeit trägt ebenso wesentlich zur Rechtsklärung bei, wie sie zu Rechtssicherheit und somit zur rechtsstaatlichen Institutionalisierung führt. In seinem Amt als Herausgeber des monumentalen Systematischen Kommentars (zum StGB und zur StPO) ist Jürgen Wolter eine Schlüsselrolle in dieser Informationsfabrik zugekommen, die Jahr für Jahr den vorbildhaften Rechtsstaat vervollkommnet, der Deutschland heutzutage ist.

Und als ob dem nicht genug wäre, verbleibt uns noch zu erwähnen, was die Motivation dieser kurzen Widmung für Jürgen Wolter ist: über 20 Jahre hat er eine der bedeutendsten Strafrechtszeitschriften Deutschlands geleitet, das Goldammer's Archiv für Strafrecht (unser bewundertes "GA"). Dies allein schon bedeutet ein enormes Verdienst. Aber was hier hervorgehoben werden soll, ist die Art und Weise, wie Jürgen seine Aufgabe als Herausgeber bewerkstelligt hat. Seine talentvolle Hingabe an die Lektüre, Revidierung und Korrektur der eingesandten Beiträge hat die Qualität der Zeitschrift auf ein von anderen Zeitschriften schwer zu erreichendes Niveau gehoben. Die deutschen Zeitschriften für Strafrecht waren immer schon dem System eines anonymen *Peer-Reviews* zur Entscheidung über die Veröffentlichung von Beiträgen abgeneigt. Und wenn sie trotzdem ein so hohes Qualitätsniveau aufrechterhalten konnten, so ist dies der Erstklassigkeit ihrer Herausgeber geschuldet. Nun, im Fall von GA sind wir der Meinung, dass diese Erstklassigkeit ihren Höhepunkt unter der Leitung von Jürgen Wolter erreicht hat, gerade eben wegen seiner wissenschaftlichen Qualitäten, die er GA auf strikt persönliche Art, ohne irgendetwas jemand anderem zu überlassen, zur Verfügung gestellt hat.

Außerdem ist es Jürgen Wolter gelungen, GA in die internationale Diskussion einzubringen, denn es war seine Entscheidung, die Zeitschrift zu internationalisieren, so dass auch Akademiker aus Ländern, die unter dem Einfluss der deutschen Strafrechtswissenschaft stehen, dort publizieren konnten. Dies schließt sowohl Europa (Spanien, Italien, Portugal) als auch Lateinamerika und Asien (hauptsächlich Japan und China) ein. Diese Offenheit bereicherte alle mit einem fruchtbringenden Dialog zwischen Kollegen aus Deutschland und aus anderen Ländern, einem Dialog, der dank Jürgen unter Gleichen stattfand. Wir alle, die wir an diesem Dialog teilhaben konnten, stehen dafür in seiner Schuld.

Gleichwohl ist auch in diesen Dingen irgendwann einmal Schluss. Und so kam bedauerlicherweise im Dezember 2021 der Moment des Abschieds Jürgen Wolters von GA, ungeachtet all dessen, was er noch zu bieten hätte. Die Geschäftsführung beschloss, ihn durch jüngere Herausgeber zu ersetzen, mit dem Ziel, die Zeitschrift zu digitalisieren und sie anderweitig "zeitgemäßer" zu machen. Von außen betrachtet mag diese Entscheidung verständlich erscheinen, aber bei genauerer Hinsicht ist sie schmerzhaft, schon wenn man Jürgen in die Augen blickt. Es hat ihm sehr zugesetzt und auch denen unter uns, die seine 20 Jahre als Redaktionschef dort so sehr zu schätzen wissen.

In Anbetracht der unausweichlichen Last der Realität bleibt uns nur, zum einen den neuen Herausgebern von GA das Beste zu wünschen, auf dass es ihnen

gelingt, die Qualität aufrechtzuerhalten, die Jürgen der Zeitschrift zu verleihen vermochte. Und zum anderen, vermittelt dieser kurzen Widmung zu Ehren seiner 20 Jahre als Leiter von Goltdammer's Archiv für Strafrecht, Jürgen daran zu erinnern, dass das, was er für die Zeitschrift getan hat, die Mühe wert war, dass er unvergessen bleiben wird, dass nicht allein wir, die wir in GA Beiträge geschrieben und die Zeitschrift über all die Jahre jeden Monat gelesen haben, sondern auch die zukünftigen Leser ihm für immer Dank schulden werden.

A Jürgen Wolter: 20 años de director de *Goltammer's Archiv für Strafrecht*

Prof. Dr. Gabriel Pérez Barberá

Prof. Dr. Alejandra Verde

Conocimos a Jürgen Wolter en circunstancias muy especiales para nosotros. Porque nos lo presentó nuestra querida amiga Barbara Huber, cuyo fallecimiento aún reciente todavía nos conmueve. Ella ya había actuado siempre como una suerte de “*manager*” del más viejo de nosotros dos, cuando todavía llevaba a cabo, en Alemania, la investigación sobre el dolo para la tesis de doctorado. Así, en los congresos de derecho penal a los que asistíamos allá por el año 2001, Barbara decía, por ejemplo: “tienes que conocer sí o sí a Frisch”; y entonces se dirigía hacia él y comenzábamos una conversación entre los tres.

Varios años después, cuando fuimos juntos a Alemania, mientras estábamos con Barbara en su casa en Freiburg ella nos pregunta: “¿conocen a Jürgen Wolter?”. Cuando le respondimos que personalmente no, que sólo lo habíamos leído, entre sorprendida y desafiante nos dice: “¡pero cómo puede ser que no conozcan a alguien tan encantador y a quien más ha hecho para darle un lugar serio en Alemania a la ciencia jurídico-penal de habla hispana!”. “Además – agregó – un discípulo de Roxin *tiene que* conocer a Jürgen”. Su pregunta, por supuesto, no había sido casual: ella estaba invitada en esos días a una celebración, en Karlsruhe, por la publicación del libro homenaje por los 70 años de Jürgen, y lo que quería era explorar la posibilidad de que nosotros también fuéramos invitados, para poder presentárnoslo. Por supuesto que aceptamos encantados y así es que, otra vez gracias a Barbara, aparecimos en esa velada. Conocimos allí a Jürgen, tuvimos una larga conversación pese a que él estaba rodeado de amigos y nos comprometimos a visitarlo nuevamente, muy pronto.

Así es que, durante ese año de estadía en Alemania, fuimos a Karlsruhe muchas veces a visitar a Jürgen y a Micaela, su encantadora esposa. Casi siempre con Barbara, alguna vez también con Luis Greco, otra vez con Vincenzo Militello. Otras veces éramos sólo los dos matrimonios: Micaela, Jürgen y nosotros dos. Disfrutábamos tanto de esos almuerzos en el Novotel de Karlsruhe o de cenas en restaurantes tan agradables. Siempre él orientando la conversación para

que nosotros le comentáramos con todo detalle qué estábamos investigando en ese momento. Lo que le contábamos lo entusiasmaba y nos ofreció todo lo que estuvo a su alcance para ayudarnos: insistió, por ejemplo, en que lo que estaba escribiendo Gabriel sobre teoría de la pena debía ser publicado en GA, en alemán. Y le regaló sus libros y artículos a Alejandra para que ella profundizara sus lecturas sobre "*Wahlfeststellung*", tema al que había llegado a partir de su interés por el delito de receptación, que fue el objeto de su tesis doctoral.

Jürgen no estaba muy convencido de que al argumento de la retribución hubiera que darle tanto lugar como el que Gabriel pretendía dispensarle en el discurso de la justificación de la pena, pero aun así fue muy enfático en estimular a que ese artículo fuese escrito y puso mucho de sí mismo, corrigiéndolo gramaticalmente varias veces, para que pudiera estar a la altura de ser publicado en GA. Y en especial Jürgen estaba en profundo desacuerdo con la concepción que iba abrazando Alejandra en materia de *Wahlfeststellung*, y no obstante alentó continuamente a que ella avanzara con esa investigación. Su actitud científica frente a nuestras discusiones y su paciencia y generosidad para escucharnos, objetarnos y obligarnos a argumentar mejor es algo que siempre recordamos y le agradecemos.

En el marco de todos esos encuentros, entonces, fue conformándose entre nosotros muy rápidamente una amistad genuina y profunda. Fue en alguna de esas conversaciones que anunció que incluiría a Gabriel como *ständiger Mitarbeiter* de GA, y que nos propuso que nos tuteáramos, algo que, para un alemán, es una prueba muy fuerte de amistad. Nosotros no podíamos creerlo: tan luego Jürgen Wolter, una figura central inobjetable del derecho penal alemán, nos profesaba ese cariño y, además, nos permitía discutir de igual a igual, *con él*, sobre temas jurídicos. Estas son las razones que muestran cuánto le debemos, y su forma de ser maravillosa es la razón por la cual él consideraría muy extraño que nosotros sintamos que le debemos algo.

Pero ¿cómo no sentirnos así de honrados? Jürgen Wolter representa, a nuestro juicio, la conjunción más lograda de lo mejor que tiene Alemania para ofrecer en derecho penal: profundidad y creatividad científica, por una parte, e institucionalidad en términos de Estado de derecho, por el otro.

Por un lado, en efecto, él ha publicado una serie de estudios monográficos imprescindibles para todo el que quiera adentrarse en temas fundamentales como imputación objetiva, subjetiva y subsunción alternativa en la condena, entre muchos otros. Sus libros *Alternative und eindeutige Verurteilung auf mehrdeutiger Tatsachengrundlage im Strafrecht. Zugleich ein Beitrag zur Abgrenzung von*

Vorsatz und Fahrlässigkeit (1972) y *Objektive und personale Zurechnung von Verhalten, Gefahr und Verletzung in einem funktionellen Straftatsystem* (1981) son, en efecto, de tanta hondura científica que resultan de lectura obligatoria. Esos aportes han sido esenciales para este primer aspecto que caracteriza a la ciencia penal alemana, vinculado a la indagación profunda y a la vez creativa en torno a los fundamentos de las categorías normativas que fundamentan la atribución de responsabilidad penal.

Ahora bien, además de ello, Jürgen Wolter ha contribuido también – y de modo decisivo – a la construcción de eso que, con una expresión feliz de Javier Wilenmann, podría denominarse ciencia jurídico-penal “normal”. Alemania, en efecto no se caracteriza sólo por la profundidad y creatividad científicas destacadas en el párrafo anterior, sino también por la construcción paciente y continuada de una doctrina menos sofisticada pero indispensable en un Estado de derecho, y que en ese país, además, es de muy elevada calidad. Nos referimos, naturalmente, a eso que conocemos como “doctrina dominante”.

Esa clase de doctrina – que en Latinoamérica no llega a ser suficientemente profusa como para conformar un “canon” y que, además, suele ser de baja calidad – se logra precisamente a través del colosal trabajo que llevan a cabo quienes escriben los muy numerosos manuales de derecho penal y los comentarios al código penal y a la ordenanza procesal penal de ese país. Ello, en tanto contribuye esencialmente a la clarificación del derecho, redundando en seguridad jurídica y, por tanto, en institucionalidad en términos de Estado de derecho. Pues bien, Jürgen Wolter, como director y principal comentarista de los monumentales *Systematische Kommentar* (al StGB y a la StPO), se ha erigido en una pieza fundamental de esa usina de información que perfecciona año tras año ese ejemplar Estado de derecho que es Alemania hoy.

Y como si todo eso fuera poco, resta referir lo que motiva este breve homenaje a nuestro querido Jürgen Wolter: durante veinte años él ha dirigido una de las dos revistas más importantes de derecho penal en Alemania: *Goldammer's Archiv für Strafrecht* (nuestra admirada “GA”). Ya eso solo constituye un mérito enorme. Pero lo que aquí cabe resaltar es el modo en que Jürgen ha llevado a cabo su tarea de editor. Su dedicación talentosa a la lectura, revisión y corrección de los artículos enviados allí elevó la calidad de la revista a alturas difícilmente alcanzables por otras publicaciones periódicas. Las revistas alemanas de derecho penal siempre han sido reacias al sistema de revisión anónima de pares para decidir la publicación de artículos. Y si pese a eso han logrado mantener tal nivel de calidad ha sido por la excelencia de sus editores. Pues bien, en el caso de GA,

creemos que esa excelencia alcanzó su punto más alto durante la dirección de Jürgen Wolter precisamente por sus cualidades científicas, que puso a disposición de GA en forma estrictamente personalizada, sin ninguna clase de delegación.

Además de ello, Jürgen Wolter supo introducir a GA en la discusión internacional, pues decidió abrirla al mundo para que también pudieran publicar allí los académicos de los países receptores de la ciencia jurídico-penal alemana. Esto incluye tanto a Europa (España, Italia, Portugal) como Latinoamérica y Asia (fundamentalmente Japón y China). Esa apertura enriqueció a todos con un diálogo fructífero entre colegas alemanes y de otros países que Jürgen supo lograr que fuera entre iguales. Todos quienes pudimos participar de ese diálogo estamos en deuda con él por eso.

En estas cosas, sin embargo, los finales siempre llegan. Y en diciembre de 2021, lamentablemente, llegó el momento de la despedida de Jürgen Wolter de GA, pese a que todavía tenía tanto para dar. Los órganos de dirección de la revista decidieron reemplazarlo por editores más jóvenes, con el objetivo de digitalizarla y “aggiornarla” en otros sentidos. Es una decisión comprensible si se la mira desde afuera, pero dolorosa si, al analizársela, se miran los ojos de Jürgen. A él esto lo afectado mucho, y también a quienes tanto valoramos sus veinte años de editor-jefe allí.

Frente al peso insoslayable de la realidad sólo nos queda, por un lado, desearle lo mejor a los nuevos editores de GA, para que logren mantener la calidad que Jürgen supo darle a la revista. Y, por otro lado, recordarle a Jürgen, con este breve homenaje en honor a sus veinte años como director del *Goldammer’s Archiv für Strafrecht*, que lo que hizo con la revista valió la pena, que no será olvidado, y que – lejos de ello – será eternamente agradecido no sólo por todos los que escribimos en GA y la leemos mes a mes desde hace años, sino también por sus futuros lectores.